

AUTORIZAÇÃO PARA LICITAR: N.º 3203/2020
PROCESSO ADMINISTRATIVO: N.º 57-000.086/2020
PREGÃO ELETRÔNICO: N.º 003/2020

A Companhia de Desenvolvimento de Curitiba - CURITIBA S/A – CNPJ nº 76.493.899/0001-93 comunica aos interessados, que realizará **PREGÃO ELETRÔNICO PARA AMPLA PARTICIPAÇÃO**, cujo Edital assim se resume:

OBJETO: Seleção e contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação, instalação, manutenção preventiva e corretiva, mediante disponibilização de equipamento reprográfico **MULTIFUNCIONAL**, com funções adicionais de impressora, copiadora, scanner, suprimentos (exceto papel) e sistema de gerenciamento, bem como em conformidade com as condições e características mínimas contidas no formulário proposta eletrônica e anexos, partes integrante deste Edital, à disposição no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba (www.e-compras.curitiba.pr.gov.br).

PROPOSTAS: Serão recebidas, exclusivamente, através da Internet no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba (www.e-compras.curitiba.pr.gov.br), no dia **14 de OUTUBRO de 2020 das 09h às 10h**. Não serão aceitas propostas encaminhadas fora do horário determinado nem através de outro meio que não seja o Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba.

LANCES: Os lances serão recebidos, exclusivamente, através do Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba, no dia **14 de OUTUBRO de 2020 das 10h05min às 10h30min**.

EDITAL: Os interessados poderão efetuar o download do Edital de Embasamento no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba (www.e-compras.curitiba.pr.gov.br).

Curitiba, 29 de Setembro de 2020.

DAVIDSON JOSÉ MOULEPES
Matrícula n.º 81.599 – CURITIBA S.A
PREGOEIRO

1. INTRODUÇÃO

1.1. A Companhia de Desenvolvimento de Curitiba - CURITIBA S/A, CNPJ nº 76.493.899/0001-93, torna público, que através do Pregoeiro e da Equipe de Apoio, designados através da Portaria nº 001/2020 – CURITIBA S/A, através do Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba (www.e-compras.curitiba.pr.gov.br), estará procedendo processo licitatório na modalidade **PREGÃO**, utilizando-se de recursos da tecnologia de informações, ou seja, o **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **menor preço**, para aquisição do objeto especificado no item 3.1, conforme autorização para licitar nº. **3.203/2020**, em face ao contido no **Processo Administrativo nº 57-000.086/2020** e conforme a Lei nº. 10.520/2002, Lei Complementar nº. 123/2006 e suas alterações, Lei Federal nº. 8.666/1993 e suas alterações, bem como pela Lei Complementar Municipal nº. 89/2014 alterada pela Lei Complementar nº. 98/2016, bem como pelos Decretos Municipais nºs: 1.217/2003, 1.235/2003, 379/2008, 1.603/2009, 615/2011, 1.135/2012, 1.517/2013, 1.668/2013, 413/2015, 290/16, 962/16, 1.915/2017, 104/2019, 610/2019, Instrução Normativa nº. 037/2009 - TCE PR, REGULAMENTO INTERNO DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS da Companhia de Desenvolvimento de Curitiba - CURITIBA S.A. e legislação correlata, de acordo com cláusulas abaixo descritas.

1.2. Em cumprimento ao contido no artigo 20 do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CURITIBA S.A., foi dado sigilo ao valor estimado da contratação.

1.3. As despesas decorrentes da aquisição do objeto especificado no item 3.1., decorrem de recursos financeiros próprios da Companhia de Desenvolvimento de Curitiba - CURITIBA S/A.

1.4. Em atenção aos incisos I e II do Art. 16 da lei Complementar nº 101/00, a despesa em questão está em harmonia ao disposto no PPA, na LDO e LOA vigente deste Órgão. Ainda, em atenção ao Art. 42 da LRF, foi observada a existência de caixa para pagamento e há disponibilidade financeira que evidencia a suficiência de recursos, para garantia de compromissos contratados pela presente licitação.

1.5. Em atendimento ao Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CURITIBA S.A., foram designados como Gestor e Suplente da contratação originada deste presente Pregão Eletrônico, os seguintes colaboradores:

- **GESTOR : Davidson José Moulepes – Matrícula 81.582**
- **SUPLENTE: Jorge Rangel Heckmann – Matrícula 81.647**

2 - INDICAÇÃO DO PREGOEIRO E DA EQUIPE DE APOIO

2.1. O Pregoeiro responsável pelo presente Pregão Eletrônico será **DAVIDSON JOSÉ MOULEPES** designado através da Portaria nº 001/2020 – CURITIBA S/A.

2.2. A Equipe de Apoio designado através da Portaria nº 001/2020 – CURITIBA S/A, para este Pregão Eletrônico será formada por:

- **LILIAN CARDOSO - Matrícula n.º 81.613**
- **MARCUS VINÍCIUS DOS SANTOS - Matrícula n.º 80.964**

2.3. Na ausência do Pregoeiro responsável, o presente pregão poderá ser conduzido e julgado por um dos Pregoeiros que fazem parte da equipe de apoio ou ainda, na impossibilidade, por outro indicado pela autoridade competente.

2.4. O julgamento da licitação dar-se-á pelo Pregoeiro com base nas condições previstas em edital, entretanto quando houver necessidade de análise técnica, a área solicitante ficará responsável por esta análise.

2.5. Ao Pregoeiro não será atribuída responsabilidade pela definição do objeto, demais condições para a licitação, bem como da análise técnica, sendo o julgamento vinculado à manifestação da área solicitante.

3 - OBJETO

3.1. Para fins deste Pregão Eletrônico, o objeto se constitui na **seleção e contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de equipamento reprográfico, mediante a disponibilização de copiadoras multifuncionais com funções adicionais de impressora, scanner, suprimentos e sistema de gerenciamento, bem como em conformidade com as condições e características mínimas contidas no formulário proposta eletrônica e anexos, partes integrante deste Edital, à disposição no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba (www.e-compras.curitiba.pr.gov.br).**

3.2. O formulário-proposta eletrônico está disponível no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba na forma de Lista de Itens do Processo, onde estão descritas as seguintes informações para cada item: número do item, especificações, quantidade, unidade de compra, valor de referência, prazo de entrega, local de entrega, grupo e subgrupo e histórico de preço.

3.3. Conforme o artigo 31 da Lei Federal no 8.078/90 - Código de Proteção e Defesa do Consumidor, a oferta e a apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidade, quantidade, composição, preço, garantia prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores.

3.4. Os itens cotados deverão estar de acordo e em conformidade com as condições, exigências e especificações descritas neste Edital, e no formulário-proposta eletrônico bem como, os Boletins de Esclarecimentos e Comunicados publicados, os quais fazem parte integrante e inseparável deste processo, como se nele estivessem integralmente reproduzidos.

3.4.1. A(s) proposta(s) apresentada(s) pela(s) licitante(s) deverá(ão) atender integralmente as especificações descrita(s) para o(s) item(ns), além das condições e exigências definidas no edital e seu(s) anexo(s).

4 – ESCLARECIMENTOS, COMUNICADOS E IMPUGNAÇÃO

4.1. **Boletins de esclarecimentos** – Para suprir todas as dúvidas e disponibilizar informações solicitadas pelas empresas interessadas, o Pregoeiro emitirá um boletim de esclarecimento, que será divulgado no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba.

4.2. **Comunicados** – Qualquer comunicado referente a este certame será emitido pelo Pregoeiro e divulgado no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba.

4.3. **Ofícios** - Havendo inabilitação, o Pregoeiro convocará, por meio de ofício publicado no site www.e-compras.curitiba.pr.gov.br, a próxima empresa classificada provisoriamente.

4.3.1. Automaticamente o sistema enviará para o endereço registrado no cadastro de fornecedores um e-mail, informando a existência deste ofício e anexo a este documento (chamamento) para primeiramente a aceitação ou não do item, como também a possibilidade de redução do valor registrado na fase de lances para preenchimento e devolução via e-mail ao Pregoeiro.

4.3.1.1 Este chamamento deverá ser preenchido e devolvido via e-mail ao Pregoeiro.

4.3.1.2 Caso o chamamento seja recebido no período da manhã, deverá obrigatoriamente ser respondido via e-mail para o Pregoeiro até às 12h do mesmo dia e, se recebido no período da tarde, a resposta deverá obrigatoriamente ser devolvida ao e-mail do Pregoeiro

até às 18h do mesmo dia, atendendo ao previsto no § 5º do art. 30 do Decreto Municipal nº 1235/2003.

4.3.2. Os participantes que não atenderem ao item 4.3.1 e subitens estarão automaticamente DESCLASSIFICADOS.

4.4. É de responsabilidade única e exclusiva das empresas interessadas o acompanhamento da divulgação dos boletins de esclarecimentos e comunicados emitidos pelo Pregoeiro no Portal de Compras da Prefeitura Municipal da Curitiba. Não serão aceitas reclamações baseadas no desconhecimento do teor desses documentos.

4.5. As dúvidas, pedidos de informações ou de esclarecimentos sobre o Edital deverão ser dirimidos **somente** pelo Pregoeiro e equipe de apoio designados para atuar neste processo, mediante solicitação **por escrito**, encaminhadas até **02 (dois) dias úteis anterior** à data fixada para o recebimento das propostas pelo sistema e-Compras Curitiba.

a) As solicitações previstas no item 4.4 deverão ser encaminhadas aos seguintes endereços eletrônicos:

- ❖ **dmoulepes@curitiba.pr.gov.br**
- ❖ **marcussantos@curitiba.pr.gov.br**
- ❖ **licardoso@curitiba.pr.gov.br**

b) As solicitações feitas fora do prazo previsto no item 4.5. não serão respondidas.

c) O presente edital e as demais informações correlatas estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: <http://www.e-compras.curitiba.pr.gov.br>.

4.5. Quaisquer informações, esclarecimentos ou dados fornecidos verbalmente por funcionários da Companhia de Desenvolvimento de Curitiba - CURITIBA S/A, não serão considerados nem aceitos como argumentos para reclamações, impugnações ou reivindicações por parte das proponentes.

4.6. Quando da solicitação de esclarecimentos em relação ao presente edital, deverão ser observadas as disposições do Artigo 40 do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CURITIBA S.A..

4.7. Conforme disposto no Decreto Municipal n.º 413/2015, fica instituído acesso eletrônico para a impugnação, nos procedimentos de contratação eletrônicas, no site : <http://www.e-compras.curitiba.pr.gov.br>.

4.7.1. Eventuais impugnações sobre os termos do presente Edital deverão ser formuladas dentro do prazo estabelecido no artigo 39 do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CURITIBA S.A. Após o prazo estabelecido, não serão mais consideradas.

4.7.2 As pessoas físicas e jurídicas cadastradas ou não no sistema de contratações eletrônicas, que estejam participando ou não de processo eletrônico, assim como o cidadão não licitante, poderão impugnar o presente Edital também através de manifestação protocolada junto a CURITIBA S.A. ou encaminhada por meio do e-mail: dmoulepes@curitibasa.com.br em nome do Pregoeiro designado para o presente processo licitatório.

4.7.3 Todas as impugnações recebidas através dos meios indicados no item 4.7.2 do Edital, serão devidamente analisadas pelo Pregoeiro.

5 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar da presente Licitação pessoas físicas, jurídicas, sendo as empresas regularmente estabelecidas no país; bem como microempresas e empresas de pequeno porte, conforme Lei Complementar nº. 123/2006 alterado pela LC nº 147/2014 e Decreto Municipal nº 1558/2013; cuja finalidade e ramo de atuação principal estejam ligados ao objeto do presente Pregão Eletrônico, devidamente cadastrados no Sistema de Cadastro Único de Pessoas Físicas e Jurídicas do Município de Curitiba, através do portal <http://www.e-compras.curitiba.pr.gov.br>, atendendo os termos integrais do Decreto Municipal nº 104/2019 e as condições deste Edital e anexos.

a) Nos termos do Decreto Municipal 104/2019, para participação nos pregões eletrônicos, os interessados deverão estar cadastrados no Município de Curitiba e com toda documentação exigida dentro de seu prazo de validade, sob pena de inabilitação.

b) A atualização dos documentos deverá ser feita no prazo mínimo de 03 (três) dias úteis antes da data de realização do Pregão Eletrônico, conforme Decreto Municipal nº 1.235/2003.

5.1.1 Em face da exigência do TCE/PR, as interessadas devem complementar seus dados cadastrais, disponibilizando as seguintes informações, referentes ao seu Quadro Societário:

a) nome do (s) sócio (s);

b) participação do (s) sócio (s) na empresa (representante ou membro);

c) registro na Junta Comercial ou no Cartório de Registro de Títulos e Documentos, informando a data e o número do registro. Essas informações devem ser obrigatoriamente

extraídas da última alteração do Contrato Social, devidamente registrada na Junta Comercial ou Cartório de Registro de Títulos e Documentos, conforme a atividade da Empresa. Para tanto, se possuírem Cadastro no Município de Curitiba, devem procurar o Cadastro de Fornecedores do Município de Curitiba, situado a Rua Solimões nº 160, São Francisco, telefones (41) 3350-9065 e (41) 3350-9017.

5.1.2 Para participação neste Pregão, as microempresas e empresas de pequeno porte deverão estar cadastradas nesta qualidade no Sistema de Cadastro Único de Pessoas Físicas e Jurídicas do Município de Curitiba.

5.1.3 O não cadastramento da empresa como microempresa ou empresa de pequeno porte no Sistema de Cadastro Único de Pessoas Físicas e Jurídicas do Município de Curitiba, nos termos do Decreto Municipal nº 104/2019 impede que lhe seja aplicado o benefício previsto na Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela LC nº 147/2014.

5.1.4 Para ter direito aos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006, alterado pela LC nº 147/2014, as microempresas e empresas de pequeno porte, que exerçam atividade comercial, deverão apresentar, quando solicitado pelo Pregoeiro, Certidão expedida pela Junta Comercial. No caso de microempresas e empresas de pequeno porte que atuem em outra área que não a comercial, deverá ser apresentado, quando solicitado pelo pregoeiro documento expedido pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas. Se houver interesse, em substituição aos documentos citados, as interessadas poderão apresentar comprovação de inscrição no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições – Simples Nacional.

5.2 A participação neste Pregão Eletrônico importa à proponente irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, em seus anexos (TERMO DE REFERÊNCIA e MINUTA DO CONTRATO), bem como na observância da legislação em vigor, dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos.

5.3 Caso no dia previsto para o recebimento das propostas ou recebimento dos lances não houver expediente neste Município, o processo será suspenso e o pregoeiro emitirá comunicado no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba, informando a nova data para o recebimento das propostas e/ou dos lances. As empresas cadastradas no e-Compras Curitiba nos grupos e subgrupos do objeto desta licitação receberão o comunicado via e-mail.

5.4 Não poderão participar da presente licitação as pessoas que tenham sido declaradas inidôneas ou que estejam com os direitos de licitar ou contratar suspensos pela Administração Pública de qualquer esfera federativa, enquanto durarem os efeitos da sanção.

5.5 Não poderá participar da presente licitação pessoa física ou empresa que tenha dirigente, sócio, responsável técnico ou legal que seja servidor público, funcionário, empregado ou ocupante de cargo comissionado na Administração Pública Direta ou Indireta do Município de Curitiba.

5.5.1 Conforme Art. 98 de Lei Orgânica do Município, nenhum servidor ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau poderá ser diretor, proprietário, controlador ou integrar conselho de empresa fornecedora ou que realize qualquer modalidade de contrato com o Município, sob pena de demissão; e em seu parágrafo único especifica que a vedação a que se refere o caput, aplica-se desde o período em que se inicia a fase interna do processo licitatório. Para melhor entendimento (companheiro ou parente em linha reta).

5.6 Nesta licitação não será aceita a participação de empresas em formação consórcio.

5.7 No momento do envio da proposta através do Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba (www.ecompras.curitiba.pr.gov.br), os interessados deverão dar o “aceite” às condições estabelecidas no regulamento do presente Pregão Eletrônico.

5.8 Ao dar o “aceite” o interessado declara:

a) a inexistência de fato impeditivo da habilitação, nos termos do artigo 32, § 2º, da Lei nº 8.666/93;

b) que não se enquadra em nenhuma das situações previstas no art. 9º, da lei 8.666/93;

c) que não possui em seu quadro funcional menor de dezoito anos executando trabalho no período noturno, perigoso ou insalubre, e nem menor de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos (artigo 27, inciso V da Lei nº 8.666/93);

d) que conhece e aceita o regulamento do Sistema e-compras Curitiba;

e) que conhece as exigências do edital e seus anexos e declara possuir plena capacidade operacional e administrativa para executar os serviços;

f) quando for o caso, que está enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme da Leis Complementares nº 123/2006 e 147/2014 e Decreto Municipal nº 1558/2013;

g) não estão inscritos no cadastro de fornecedores impedidos de licitar e contratar com a Administração Pública, de que trata a Instrução Normativa n.º 37, de 19 de dezembro de 2009, expedida pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná

5.9 A informação falsa por parte dos interessados acarretará na aplicação das penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 1.235/2003, sem prejuízo da proposição de ação judicial competente.

5.10 Caso a interessada não esteja cadastrada para o grupo e subgrupo do item a ser licitado este não estará disponível para proposta e lances

5.11. Não poderão participar da presente licitação interessados enquadrados nas situações de impedimento ou vedação especificadas junto aos artigos 14 e 15 do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CURITIBA S.A., disponível para consulta dos interessados no site: www.curitibasa.com.br.

6 – APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1. Serão recebidas, exclusivamente, através da Internet no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba (www.e-compras.curitiba.pr.gov.br) no dia **14 de OUTUBRO 2020 das 09h00 às 10h00**. Não serão aceitas propostas encaminhadas fora do horário determinado nem em outro meio que não através do Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba.

6.2. Para acessar o formulário para o envio da proposta, os interessados deverão entrar no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba (www.e-compras.curitiba.pr.gov.br) e digitar o seu login e a sua senha de acesso ao e-Compras Curitiba.

6.2.1. A Proposta de Preço deverá ser formulada e enviada por meio do sistema eletrônico, em formulário específico, contendo o VALOR DO ITEM.

6.2.2. No preço unitário da proposta deverão estar incluídos todos os custos necessários para o cumprimento do objeto da licitação, bem como todas as despesas, tributos, embalagem, transporte (carga e descarga até o local de destino e seguro de transporte, se houver), toda e qualquer outras taxas e tributos que incidam, ou venham a incidir sobre o objeto licitado.

6.2.3. A proposta deverá conter somente duas casas decimais

6.3. Após o preenchimento dos campos da marca e do preço, as licitantes interessadas deverão enviar as suas propostas, através do Portal de Compras, que permanecerá criptografada e inviolada até o momento da abertura da sessão para o envio dos lances, considerando o modo de disputa fechado que trata o artigo 69 do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CURITIBA S.A.

6.3.1. A licitante deverá cotar uma marca e modelo específico, não podendo cotar mais de uma marca ou modelo para cada item, sob pena de desclassificação do(s) item(ns) cotado(s).

6.3.1.1 Serão desclassificadas as propostas que deixarem de informar marca e/ou modelo específicos. Não será aceito a indicação de marca como “própria”.

6.3.1.2. Qualquer elemento que possa identificar a licitante, importa na desclassificação da proposta.

6.4. Após o envio da proposta através do Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba, não será mais possível a desistência ou a retirada da referida proposta, sendo a empresa responsável pelos valores informados.

6.5. Não será aceita carta ou outro meio de comunicação informando engano, erro ou omissão da parte do fornecedor ou de funcionário.

6.6. Qualquer proposta enviada por fac-símile, entregue junto o Pregoeiro ou encaminhada via postal, não será aceita, somente através da Internet no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba (www.ecompras.curitiba.pr.gov.br).

6.7. O envio de uma proposta para este Pregão Eletrônico será considerado como evidência de que a licitante:

a) Examinou criteriosamente todos os documentos do Edital, que os comparou entre si e obteve do Pregoeiro informações sobre qualquer ponto duvidoso antes de apresentá-la.

b) Se vencedora da licitação, assumirá integral responsabilidade pela entrega do objeto licitado;

c) Considerou que os elementos desta licitação lhe permitem a elaboração de uma proposta totalmente satisfatória.

6.8. O prazo de validade das propostas será de 60 (sessenta) dias a contar da data do envio da mesma para o Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba (www.ecompras.curitiba.pr.gov.br).

6.9. Caso o(s) preço(s) máximo(s) esteja(m) sendo indicado(s) na tela do envio das propostas deste processo licitatório, as empresas interessadas não poderão oferecer proposta com preços superiores aos indicados, sob pena da proposta ser recusada pelo Sistema.

6.10. Para a formação do preço, a interessada deverá observar as condições e exigências descritas neste Edital, no seu anexo e na especificação do item.

6.11. Serão irrelevantes quaisquer ofertas que não se subsumirem nas especificações exigidas, ou Anexos não solicitados, considerando-se que pelo preço proposto, a empresa obrigará-se ao objeto de contratação descrito neste edital.

6.12. O preço cotado deverá ser equivalente ao praticado no mercado na data de sua apresentação e compreenderá, a qualquer título, a única e completa remuneração pelos serviços, inclusive dos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, bem como, transporte, frete, ou quaisquer outras despesas que incidam direta ou indiretamente sobre o objeto do Edital.

6.13. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências essenciais deste Edital e Anexos, bem como, as omissas e as que apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

6.13.1. Consideram-se exigências essenciais, aquelas que não possam ser atendidas no ato, por simples manifestação de vontade do representante e aquelas cujo atendimento, nesse momento possam representar riscos de fraude aos princípios da licitação.

7 – APRESENTAÇÃO DOS LANCES

7.1. Os lances serão recebidos, em sessão pública conduzida pelo Pregoeiro, exclusivamente, através do Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba, no dia **14 de OUTUBRO de 2020 das 10h05min às 10h30min**.

7.2 Para o envio dos lances, os interessados deverão entrar no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba (www.e-compras.curitiba.pr.gov.br) e digitar o seu login e a sua senha de acesso ao e-Compras Curitiba.

7.2.1 Em cumprimento ao contido no artigo 20 do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CURITIBA S.A., foi dado sigilo ao valor estimado da contratação.

7.3 No dia e hora marcados para o início do recebimento dos lances, os mesmos serão ofertados sobre o menor preço dentre as propostas apresentadas. O sistema e-Compras Curitiba fará a avaliação do preço das propostas apresentadas e informará na tela para envio dos lances, os menores preços propostos, sem identificar os seus detentores.

7.4 Não será aceita carta ou outro meio de comunicação informando engano, erro ou omissão da parte do fornecedor ou de funcionário no momento da apresentação dos lances, salvo justo motivo.

7.5 No preço unitário do lance, deverão estar incluídos todos os custos, despesas, impostos, embalagem, transporte (carga e descarga até o local de destino e seguro de transporte, se houver), toda e qualquer taxa que incidir sobre os materiais e os serviços.

7.6 As dúvidas que eventualmente surgirem durante as sessões públicas via Internet serão resolvidas pelo Pregoeiro, devidamente designado para o presente processo licitatório, através do “chat” de conversação.

7.7 A qualquer momento, durante a sessão de envio de lances, é facultado ao Pregoeiro utilizar-se do tempo aleatório de até 30 (trinta) minutos, previsto no artigo 27, § 9º do Decreto Municipal Nº. 1.235/2003. No caso da utilização do tempo aleatório, os participantes serão avisados antes do término do prazo inicial fixado para o encerramento do envio dos lances.

7.8 A qualquer momento, o Pregoeiro poderá cancelar um ou mais lances que não atenderem às exigências do Edital e do artigo 86 do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CURITIBA S.A., bem como os lances com preços excessivos ou manifestamente inexequíveis. O cancelamento de lances deverá ser devidamente fundamentado.

7.9 A qualquer momento o Pregoeiro poderá bloquear a participação de um fornecedor que não esteja atendendo ao regulamento do Pregão Eletrônico, tumultuando o processo, tentando identificar-se, ou ainda, que se identifique durante a sessão de lances.

7.10 A partir do menor preço ofertado, os interessados poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado para o envio dos mesmos, sendo as empresas participantes responsáveis por todas as transações que forem efetuadas em seu nome durante a sessão, assumindo como firmes e verdadeiros seus lances.

7.11. Os lances deverão ser inferiores ao último apresentado, porém poderão ser aceitos lances de mesmo valor, e no caso de haver o empate de lances após o término do processo, estando os licitantes empatados classificados na primeira posição no certame, serão os mesmos convocados pelo Pregoeiro a ofertar nova proposta, em ato contínuo ao encerramento da etapa de julgamento.

7.12 A convocação de que trata o acima exposto será realizada por e-mail, tendo em vista que o sistema e-compras não está habilitado ao recebimento de novas propostas/lances, posterior ao encerramento da fase de lances.

7.13 Na hipótese de permanecer o empate após a aplicação do contido no item acima, serão então adotados os procedimentos especificados nos incisos II a IV do artigo 85 do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CURITIBA S.A

7.14 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais licitantes, vedada à identificação do detentor do lance.

7.15. Neste Pregão Eletrônico serão aceitos lances intermediários.

7.16. O sistema registrará no histórico de lances aqueles encaminhados pelos licitantes, cujos valores sejam inferiores ao último ofertado. Caso o licitante não tenha interesse ou não possa baixar o seu lance relativamente ao primeiro colocado, este poderá encaminhar lance com valor superior ao menor lance registrado, desde que seja inferior ao último lance por ele mesmo ofertado (inferior ao seu próprio lance).

7.17. Na fase de lances não será permitida a troca da MARCA, MODELO E FABRICANTE, informados na fase de envio de proposta, sob pena de desclassificação do(s) item(ns).

8 – PROCEDIMENTOS APÓS A FASE DE LANCES PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

8.1 No presente certame, como critério de desempate, será assegurada preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar 123/2006, Lei Complementar nº 147/2014, Lei Complementar nº 89/2014 e Decretos Municipais nºs 615/2011 e 1.558/2013.

8.2 Entende-se por empate, neste certame, as situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco) por cento superiores à proposta melhor classificada.

8.3 Quando houver empate ficto, após a fase de lances, o sistema eletrônico de compras do Município de Curitiba fará a validação automática das microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da legislação municipal vigente.

8.4 A preferência prevista neste edital será concedida nos termos da Lei Complementar nº 089/2014 e Decretos Municipais nºs 615/2011 e 1.558/2013 e demais dispositivos aplicáveis da Lei Complementar 123/2006 e Lei Complementar nº 147/2014.

8.5 Na hipótese de haver lances idênticos ofertados por microempresa ou empresa de pequeno porte, será procedido sorteio para definição da ordem final de classificação.

8.6 Os procedimentos a serem adotados no sistema de compras eletrônicas do Município de Curitiba serão conforme legislação municipal vigente.

9 – JULGAMENTO DA PROPOSTA

9.1 O presente Pregão Eletrônico é do tipo “menor preço”.

9.1.1 O julgamento será efetuado pelo “menor preço por item”.

9.2 Após o término da sessão para envio dos lances será informada a empresa classificada com o menor lance. O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio farão o julgamento da proposta.

9.3 Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o Pregoeiro encaminhará contraproposta à licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que sejam obtidas melhores condições.

9.3.1 Para fins de atendimento ao contido no item 9.3, confirmada a efetividade do lance ou proposta que obteve a primeira colocação na etapa de julgamento, ou que passe a ocupar essa posição em decorrência da desclassificação de outra que tenha obtido colocação superior, o Pregoeiro deverá negociar condições mais vantajosas com quem a apresentou.

9.3.1.1 A negociação deverá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem inicialmente estabelecida, quando o preço do primeiro colocado, mesmo após a negociação, permanecer acima do valor estimado no processo licitatório para o item em questão.

9.3.1.2 Se depois de adotada a providência referida no subitem 9.3.1.1 acima não for obtido valor igual ou inferior ao valor estimado no processo licitatório, será revogada a licitação ou conforme o caso, o item/lote a ser adquirido no processo licitatório.

9.4 Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.

9.5 A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pelo órgão licitante, que será juntada aos autos por ocasião do julgamento.

9.6 Havendo apenas uma proposta e desde que atenda a todas as condições do edital e estando seu preço compatível com os praticados no mercado, esta poderá ser aceita, devendo o Pregoeiro negociar, visando obtenção de uma proposta mais vantajosa, conforme as disposições do item 9.3 do Edital.

9.7 A data para a divulgação da empresa vencedora, do Edital de Resultado de Julgamento bem como da emissão e divulgação da Ata de Julgamento será informada pelo Pregoeiro durante a sessão de lances, no “chat” de conversação ou através de comunicado a ser publicado no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba (www.e-compras.curitiba.pr.gov.br), sendo da responsabilidade única e exclusiva das empresas interessadas o acompanhamento das datas.

9.8 O Edital de Resultado de Julgamento e a Ata de Julgamento estarão disponíveis para se efetuar o download no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba (www.e-compras.curitiba.pr.gov.br) a partir da data designada pelo Pregoeiro.

9.9. O objeto licitado deverá seguir rigorosamente as especificações deste Edital e quaisquer anexos, sob pena de desclassificação da proposta.

9.10. A licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade da proposta apresentada, bem como dos lances ofertados

9.11. A licitante com melhor lance ofertado, após a fase de lances, deverá entregar:

a) Catálogos ou descritivo detalhado de forma que contemple todas as características técnicas para análise dos equipamentos;

b) Comprovação de aptidão através de no mínimo 01 (um) ATESTADO DE CAPACITAÇÃO, fornecido pessoa jurídica de direito público ou privado, para a qual a licitante efetuou o fornecimento, que comprove o bom desempenho da empresa no fornecimento do objeto acima solicitado. Não será(ão) aceito(s) atestado(s) de empresa(s) que pertença(m) ao mesmo grupo empresarial.

c) Prova de patrimônio líquido até a data de apresentação da proposta, em conformidade com o artigo 31, parágrafo 3º da Lei nº 8666/93 é de 10% (dez) por cento do total estimado

d) Descritivo Técnico Proposto detalhado contendo todas as exigências técnicas do equipamento, a qual deverá ser analisada e validada pelo Núcleo de Informática da CURITIBA S.A.

9.11.1 Os documentos exigidos poderão ser enviados por e-mail.

9.12 Os equipamentos deverão seguir rigorosamente as especificações mínimas exigidas no Anexo I – Termo de Referência, sob pena de desclassificação.

9.13 O resultado somente será divulgado após análise dos documentos da empresa vencedora.

9.14 O não atendimento às condições estabelecidas no Edital de Embasamento acarretará na desclassificação da proposta.

10 – DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA HABILITAÇÃO

10.1. Após o julgamento da(s) proposta(s) apresentada(s), será efetuado o julgamento da habilitação das licitantes que forem consideradas classificadas com os menores lances.

10.2. Para o julgamento da habilitação será verificado a situação cadastral do licitante de forma “online” no Sistema de Cadastro de Fornecedores do Município de Curitiba, Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba.

10.3. Para a verificação da habilitação será considerado o disposto no art. 32 do Decreto Municipal nº 1.235/2003, o contido na Lei nº Federal 12.440/2011 e no Decreto Municipal nº 104/2019, bem como a conformidade com a legislação vigente.

10.3.1. Para a habilitação dos licitantes, será exigida, exclusivamente, a documentação relativa à: habilitação jurídica; qualificação técnica; qualificação econômico-financeira; regularidade fiscal e trabalhista; declaração de cumprimento do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei Federal nº 8.666/1993; declaração de inexistência de superveniência de fato impeditivo para participar de licitações.

10.4. A declaração de inexistência de superveniência de fato impeditivo da habilitação e a declaração em atendimento ao inciso V, do art. 27, da Lei Federal nº 8.666/1993, serão feitas no momento da participação nos processos de Pregão Eletrônico, via “internet”.

10.5. Para a fase de habilitação, os licitantes deverão estar com a toda a documentação exigida cadastrada no sistema, dentro do seu prazo de validade e devidamente auditada pelo Serviço de Cadastro de Fornecedores do Município de Curitiba.

10.6. No momento do julgamento da habilitação, para verificação da situação cadastral da licitante, o Pregoeiro emitirá o documento: “Relação de Fornecedor”, para a(s) empresa(s) classificada(s), onde consta a lista e documentos exigidos para a habilitação.

10.6.1. Na Relação do Fornecedor deverá constar o Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social já exigíveis e apresentados na forma da Lei, com termo de abertura e encerramento, e devidamente registrado na Junta Comercial ou Cartório de Títulos e Documentos.

10.6.2. O documento “Relação de Fornecedor” será obtido através do sistema eletrônico de Cadastro de Fornecedores, no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba, na tela do Pregão Eletrônico em julgamento, no campo: “Detalhes Fornecedores Processo”, em “Nº de Fornecedores”.

10.6.3. Será verificado no documento “Relação de Fornecedor” as datas de vencimentos dos documentos apresentados pelo fornecedor no sistema de cadastramento eletrônico e que foram auditados pela Comissão de Cadastro de Fornecedores de Curitiba.

10.6.4. A validade dos documentos de habilitação será conferida no sistema de cadastramento eletrônico do fornecedor e, no caso de a data de qualquer documento solicitado estar com a data vencida, o fornecedor será INABILITADO, por não estar com a documentação em conformidade com o exigido neste edital.

10.6.5. É de responsabilidade da empresa licitante a manutenção das datas atualizadas dos documentos de habilitação.

10.6.6. Havendo a inabilitação do fornecedor primeiro classificado, será analisada a habilitação da licitante com a proposta de preço do segundo classificado e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta que atenda ao edital na sua totalidade.

10.7. Se a oferta do primeiro classificado for exequível e atender as exigências do Edital de Embasamento, será analisada a habilitação da mesma e constatado o atendimento das exigências habilitatórias fixadas no Edital de Embasamento, o licitante será considerado vencedor.

10.8. O documento “Relação de Fornecedor” será rubricada pelo Pregoeiro. Este documento fará parte do processo licitatório.

10.9. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

10.10. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento

do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

10.11. A não-regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

10.12. De acordo com o previsto no art. 31, do Decreto Municipal nº 1.235/2003, o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o(s) licitante(s) vencedor(es) a redução de valor, para que seja obtido preço melhor.

10.13. Havendo apenas uma proposta e desde que atenda a todas as condições do edital, seu anexo, no formulário proposta eletrônico e estando seu preço compatível com os praticados no mercado, esta poderá ser aceita, podendo o Pregoeiro negociar, visando obtenção de uma proposta mais vantajosa.

10 – IMPUGNAÇÃO, DO RECURSO, DAS CONTRARRAZÕES, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

10.1 DA IMPUGNAÇÃO

10.1.1. Eventuais impugnações sobre os termos do presente Edital deverão ser formuladas dentro do prazo estabelecido no artigo 39 do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CURITIBA S.A. Após o prazo estabelecido, não serão mais consideradas.

10.1.2. As pessoas físicas e jurídicas cadastradas ou não no sistema de contratações eletrônicas, que estejam participando ou não de processo eletrônico, assim como o cidadão não licitante, poderão impugnar o presente Edital somente através de manifestação protocolada junto a CURITIBA S.A. ou encaminhada por meio do e-mail: dmoulepes@curitibasa.com.br, em nome do Pregoeiro designado para o presente processo licitatório.

10.1.3. Não serão aceitas impugnações encaminhadas VIA FAX ou por meio do ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.e-compras.curitiba.pr.gov.br, sendo admitidas somente as manifestações encaminhadas através dos meios relacionados no item 10.1.2 do Edital.

10.1.4. Todas as impugnações recebidas através dos meios indicados no item 10.1.2 do Edital, serão devidamente analisadas pelo Pregoeiro.

10.2. DA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE EM INTERPOR RECURSO

10.2.1. O interesse do licitante em interpor recurso deverá ser manifestado imediatamente após a divulgação dos documentos citados no parágrafo sexto do artigo 30 do Decreto Municipal Nº. 1.235/2003. O prazo para a manifestação da intenção de interpor recurso será de 04 (quatro) horas úteis, ou seja, das 08h00min às 12h00min do dia útil seguinte da divulgação do resultado final de julgamento da licitação e deverá ser feita por escrito, através de manifestação protocolada junto a CURITIBA S.A. ou encaminhada por meio do e-mail: dmoulepes@curitibasa.com.br, em nome do Pregoeiro designada para o presente processo licitatório.

10.2.2. Não serão aceitas intenções de recursos encaminhadas VIA FAX ou por meio do endereço eletrônico: www.e-compras.curitiba.pr.gov.br, sendo admitidas somente as manifestações encaminhadas através dos meios relacionados no item 10.2.1 do Edital.

10.2.3. Após decorrido o prazo legal, não serão aceitas manifestações de interposição de recurso.

10.2.4. Todas as intenções de interposição de recurso administrativo realizadas através dos meios indicados no item 10.2.1 do Edital, serão devidamente analisadas pelo Pregoeiro.

10.3 DO RECURSO ADMINISTRATIVO, DAS CONTRARRAZÕES DE RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

10.3.1 Quando da interposição de recurso ou das contrarrazões ao mesmo, deverão ser observadas as disposições dos incisos 23 a 27 do artigo 64 do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CURITIBA S.A.

10.3.2 A interposição de recurso deverá ser feita por escrito, através de manifestação protocolada junto a CURITIBA S.A. ou encaminhada por meio do e-mail: dmoulepes@curitibasa.com.br, em nome do Pregoeiro designado para o presente processo licitatório.

10.3.3. Não serão aceitos recursos encaminhados VIA FAX ou por meio do endereço eletrônico: www.ecompras.curitiba.pr.gov.br, sendo admitidos somente os recursos encaminhados através dos meios relacionados no item 10.3.2 do Edital. 10.3.4 Todas as interposições de recurso administrativo e de contrarrazão aos mesmos que forem realizadas através dos meios indicados no item 10.3.2 do Edital, serão devidamente analisadas pelo Pregoeiro.

10.3.5. Interposto o recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente.

10.3.6. O recurso contra a decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

10.3.7. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.

10.3.8. Após a homologação do processo licitatório, é dever da licitante vencedora verificar a Autorização de Fornecimento no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba.

10.3.9. Antes da adjudicação ao vencedor do objeto deste certame, em atendimento à Instrução Normativa 37-2009 do TCE-PR e Decreto Municipal Nº. 261/2010, será verificada a situação das empresas licitantes junto ao cadastro instituído pelo TCE-PR, a fim de evitar a contratação de pessoas jurídicas impedidas de contratar com o Poder público. Este mesmo procedimento será realizado junto ao site do Tribunal de Contas da União – TCU.

NOTA: Havendo indícios de que há qualquer manifestação, das indicadas no item 10 e seus subitens, efetuada somente com a finalidade de impedir, perturbar, protelar ou tumultuar o trâmite procedimental da presente licitação, poderá o Pregoeiro solicitar a instauração de processo administrativo para apuração dos fatos e eventual aplicação de penalidades, observados os princípios do contraditório e ampla defesa, sem prejuízo de ser oficiado o Ministério Público sobre o ocorrido.

11 - DO CONTRATO

11.1. Depois de homologado o resultado deste Pregão, a licitante vencedora será convocada para assinatura do contrato, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

11.1.1. Não poderá ser acrescentada ao contrato a ser assinado qualquer vantagem apresentada pela licitante vencedora em sua proposta, desde que seja pertinente e compatível com os termos deste Edital.

11.2. O prazo para a assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela CURITIBA S.A.

11.3. Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação.

11.4. Quando a licitante convocada não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidos, poderá ser convocada outra licitante para assinar o contrato, após negociações e verificação da adequação da proposta e das condições de habilitação, obedecida a ordem de classificação.

11.5. A licitante vencedora ficará obrigada a apresentar à CURITIBA S.A. os documentos necessários à elaboração do termo de contrato:

11.5.1. Estatuto ou contrato social;

11.5.2. Procuração particular ou pública, conforme o caso, em nome do(s) representante(s) que assinará(ão) o contrato;

11.5.3. Cópia de documentos pessoais do(s) representante(s) que assinará(ão) o contrato (R.G. e C.P.F.). *** Observação *** Os documentos deverão ser apresentados na forma de cópia autenticada por cartório competente ou, mediante apresentação do original, por servidor da Administração da CURITIBA S.A.

11.6. Farão parte integrante do contrato todos os elementos apresentados pela CONTRATADA que tenham servido de base para o julgamento, bem como as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

11.7. Em cumprimento ao constante da Resolução n.º 9, de 6 de dezembro de 2005 do Conselho Nacional de Justiça, é vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento.

11.8. A não assinatura do Contrato por parte da proponente vencedora, por qualquer motivo, dentro do prazo estabelecido, implicará em sua eliminação, ficando sujeita à cominação prevista no artigo 81 da Lei Federal nº 8.666/93, sendo facultada a CURITIBA S/A o chamamento por ordem de classificação, quando houver, das demais licitantes, para assinatura do contrato em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto ao percentual da taxa mensal de administração, ou ainda a revogação da licitação.

11.9. A proponente vencedora fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições pactuadas, os acréscimos e supressões que a licitante vier a realizar, **em até 25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial atualizado do contrato, sempre considerando o objeto precípuo do ajuste.

11.10 O prazo de vigência do contrato será de 24 (vinte e quatro) meses a partir da data do início da execução dos serviços, podendo ser prorrogado de conformidade com o artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/93, se acordes as partes.

11.10.1. Nas eventuais prorrogações contratuais os custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação deverão ser eliminados como condição para a renovação.

11.11. Aplicam-se ao contrato as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, que regulamentam as licitações promovidas pela Administração Pública, bem como pela legislação mencionada na Introdução deste Edital.

11.12. O prazo mencionado no item anterior será contado a partir da data da proposta ou do orçamento a que ela se referir ou, ainda, da data da última repactuação.

12 - DO PAGAMENTO

12.1 Após a assinatura do contrato e entrega dos equipamentos, mensalmente, após a execução dos serviços, a CONTRATADA deverá protocolar processo administrativo junto a CURITIBA S.A., solicitando o pagamento. Para tanto, deverá anexar ao processo as notas fiscais correspondentes ao período.

12.2 A CONTRATADA deverá apresentar como condição para o recebimento de cada parcela contratual faturada, à anexação dos seguintes documentos às respectivas faturas, conforme Decreto Municipal no 610/2019:

- a) Requerimento de pagamento;
- b) Certidão negativa de débitos previdenciários e de terceiros, referente ao mês imediatamente anterior;
- c) Cópias das guias de recolhimento da contribuição previdenciária devidamente quitadas;
- d) Cópias das guias de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS devidamente quitadas e Relação de Empregados - RE envolvidos na execução do objeto contratado;
- e) Cópias das folhas de salário dos empregados envolvidos na execução do objeto contratual;
- f) Declaração do responsável legal pela empresa dando conta da regular quitação de todos os direitos sociais trabalhistas de seus empregados;
- g) Cópia dos termos de rescisão contratual firmados no período e correspondente termo de quitação das verbas rescisórias e recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;
- h) Declaração do responsável legal da empresa, contendo indicação dos empregados que desenvolveram as atividades previstas no objeto do contrato por posto de trabalho e período,

integral ou parcial, de atuação no mês de apuração, com indicativo expresso da jornada cumprida em cada posto de trabalho e horário de intervalo de cada empregado Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), atualizada

12.3 A Nota Fiscal deverá ter como destinatário:

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA - CURITIBA S/A, CNPJ: 76.493.899/0001-93, INSCRIÇÃO ESTADUAL: ISENTA, RUA BARÃO DO RIO BRANCO, Nº 45, CEP: 80.010-180, CENTRO, CURITIBA – PR.

12.4. Na Fatura/Nota Fiscal deverá ser indicado o nome do Banco, nome e número da agência e número da Conta Corrente onde será creditado o valor, bem como, o número do Contrato e da Autorização de Fornecimento a que se refere.

12.5 As notas fiscais e faturas deverão ser apresentadas em moeda corrente nacional e atender, quando for o caso, ao previsto no Decreto Estadual nº3330/2008, relativo à apresentação da nota fiscal eletrônica.

12.6 Não será efetuado qualquer pagamento para a empresa ou profissional penalizado, sem que o mesmo haja recolhido a multa que lhe tenha sido aplicada.

12.7 O pagamento será efetuado de conformidade com o artigo 40, XIV, letra “a” da Lei nº 8.666/93, após a entrega e aceite serviços e aprovação das notas fiscais.

12.8 Depositado o valor correspondente ao pagamento do objeto licitado, a Contratada não poderá mais reclamar quaisquer diferenças, dando plena, geral e irrevogável quitação dos valores recebidos.

12.9. O pagamento será efetuado até o 30º (trigésimo) dia corrido posterior à data de apresentação da fatura correspondente.

12.10. À CONTRATADA fica vedado negociar, ou efetuar a cobrança ou desconto da duplicata emitida através de rede bancária ou com terceiros, permitindo-se tão somente cobranças em carteira simples, ou seja, diretamente na Área de Finanças e Contabilidade da CONTRATANTE.

12.11. A CONTRATANTE poderá descontar dos pagamentos importâncias que, a qualquer título, lhes sejam devidas pela CONTRATADA, por força deste Edital.

12.11. Na eventualidade de ocorrer atraso no pagamento de qualquer parcela, o valor será atualizado em 0,5 % (meio por cento) ao mês, calculados "pro rata tempore", calculado sobre o valor da Fatura/Nota Fiscal, a título de compensação financeira.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA - CURITIBA S/A
Rua Barão do Rio Branco, 45 – 7º andar – Centro – Curitiba – Pr
80.010-180 - Fone 41 3221-8800 / 3221-8820
www.curitibasa.com.br

12.12. Para a hipótese definida no item 12.11 do edital, a CONTRATADA fica obrigada a emitir fatura(s) complementar(es), identificando de forma clara de que se trata de valor pertinente à atualização financeira originária de pagamento de fatura em atraso por inadimplemento da CONTRATANTE.

12.13. Os dispêndios decorrentes do presente processo correrão por conta dos recursos próprios da CURITIBA S.A.

12.15. Fica expressamente estabelecido que o valor proposto pela licitante vencedora inclui todos os custos diretos e indiretos para execução dos serviços, na data de apresentação da proposta e nas condições previstas nas especificações contidas neste Edital e demais documentos da licitação, constituindo-se assim a sua única remuneração pelo objeto contratado.

13 – DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

13.1. São aplicáveis às sanções administrativas previstas nos artigos 177 a 184 do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CURITIBA S.A, assim como aquelas previstas no Decreto Municipal Nº. 1.235/2003.

13.2 A CONTRATADA estará sujeita às seguintes multas, sem prejuízo das demais penalidades previstas na legislação em vigor, neste Edital e na legislação aplicável:

13.2.1 Pela recusa em assinar o Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo Edital, será aplicada multa correspondente a 5% (cinco por cento) do valor máximo estabelecido para a licitação em questão, não se aplicando o presente aos licitantes convocados nos termos do artigo 137, § 3º do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CURITIBA S.A., que não aceitarem a contratação, nas mesmas condições propostas pelo primeiro adjudicatário, inclusive quanto ao prazo e preço.

13.2.2 Multa de 30% (trinta por cento) do valor do Contrato, por inexecução total do ajuste e suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CURITIBA S.A., por até 02 (dois) anos, contados da publicação no Diário Oficial do Município de tal medida punitiva.

13.2.3 Multa de 10% (dez por cento) do valor da Autorização de Fornecimento pela inexecução parcial do ajuste e suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CURITIBA S.A, por até 02 (dois) anos, contados da publicação no Diário Oficial do Município de tal medida punitiva.

13.2.4 Multa de 1% (um por cento) ao dia no caso de atraso na entrega, calculada sobre o valor da parcela em atraso, limitada a 30% (trinta por cento) do valor dessa parcela.

13.2.4.1 Multa de 1% (um por cento) calculada sobre o valor da Autorização de fornecimento, no caso de descumprimento das demais obrigações previstas neste instrumento para as quais não haja penalidade específica cominada.

13.2.5 Após o 30º (trigésimo) dia corrido a Administração poderá não mais aceitar o objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, a inexecução total ou parcial da obrigação assumida, sem prejuízo do cancelamento unilateral da avença, que ensejará a desconsideração da multa prevista no item anterior e a imposição das sanções previstas no item 13.2.1 ou 13.2.2.

13.2.6 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades legalmente estabelecidas, não se aplicando o presente aos licitantes convocados nos termos do artigo 137, § 3º, inc. I do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CURITIBA S.A., que não aceitarem a contratação, nas mesmas condições propostas pelo primeiro adjudicatário, inclusive quanto ao prazo e preço.

13.3 As penalidades poderão ser aplicadas cumulativamente.

13.4 Será propiciada defesa à CONTRATADA, antes da imposição das penalidades elencadas nos itens precedentes.

13.5 Os valores pertinentes às multas aplicadas serão descontados dos créditos que a CONTRATADA tiver direito ou cobrados judicialmente.

13.5.1 Caso a CONTRATADA não disponha de valores a receber da CONTRATANTE, ser-lhe-á concedido um prazo de 5 (cinco) dias, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento. Decorrido esse prazo sem o recolhimento dos valores, a Administração procederá a cobrança judicial dos valores.

13.6 As penalidades aqui previstas têm caráter de sanção administrativa, sendo que sua aplicação não exime a CONTRATADA de reparar eventuais perdas e danos que seus atos venham a acarretar à Administração.

13.7 As eventuais multas aplicadas por força do disposto no item 13 acima, não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem o fornecedor de reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração de cancelamento do pacto em apreço.

13.8 A CONTRATADA é responsável direta e exclusivamente pelo fornecimento do objeto de acordo com o prescrito no Anexo I desde Edital e, consequentemente, responde civil e criminalmente por todos os danos que na sua execução venha a provocar, direta ou indiretamente para a CONTRATANTE

14 – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

14.1. Após a emissão da Nota de Pagamento ou da Autorização de Fornecimento, as partes assumem obrigações recíprocas.

14.1.1. SÃO OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONTRATADA:

14.1.1.1 Quanto à execução dos serviços, entrega dos materiais e outras obrigações:

- I. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e as supressões que se fizerem necessários, nos termos do art. 65 da Lei Federal n.º 8.666/1993;
- II. Manifestar-se, por escrito, sobre os ofícios encaminhados pelo Contratante, a partir da ciência, no prazo máximo de 48 horas, garantindo-lhe o acesso a documentos relativos ao objeto licitado;
- III. Cumprir rigorosamente com o objeto do Termo de Referência, parte integrante deste edital, de acordo com as especificações nele, bem como na legislação em vigor;
- IV. Entregar o objeto licitado obedecendo rigorosamente todos os itens do Termo de Referência, parte integrante deste edital. Se o objeto fornecido não corresponder às especificações solicitadas, será recusado e a empresa ficará sujeita às penalidades previstas no edital de embasamento;
- V. Executar o serviço solicitado pela contratante obedecendo aos quantitativos estabelecidos, as especificações e outras informações contidas neste instrumento, sob pena de recusa do material;
- VI. Aceitar que a CURITIBA S.A, se for o caso, durante o período do recebimento provisório da entrega, escolher aleatoriamente uma unidade do produto entregue e solicitar um laudo técnico deste, para verificação das especificações do edital;
- VII. Cumprir todos os prazos tratados neste instrumento;

- VIII. Entregar o objeto adquirido dentro das especificações relatadas no Termo de Referência, estando ciente de que os materiais somente serão recebidos se estiverem de acordo com o solicitado;
- IX. Assumir integral e exclusivamente toda a responsabilidade no que diz respeito às obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias e todos os demais encargos que porventura venham a incidir sobre o objeto deste instrumento;
- X. Apresentar declaração de que se vencedora do processos, possuirá até o final das respectivas contratações, instalações e manutenção, apoio administrativo e técnico residente em Curitiba ou Região Metropolitana de Curitiba.
- XI. Assumir integral responsabilidade pelos danos que causar ao Município ou a terceiros, por si ou por seus sucessores e representantes na execução dos serviços contratados, isentando o CONTRATANTE de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência dos mesmos;
- XII. Responsabilizar-se pelo total atendimento das especificações do objeto licitado. Se no momento da entrega do item, não houver atendimento ao especificado, este será recusado, e a empresa ficará sujeita às penalidades previstas neste edital de embasamento. Se o objeto licitado estiver em desconformidade com as especificações, todas as despesas e os eventuais danos de qualquer natureza decorrentes serão atribuídos à empresa vencedora;
- XIII. Substituir em até 05 (cinco) dias úteis, os itens que apresentarem deformidades ou desconformidades;
- XIV. A CONTRATADA não poderá em hipótese alguma terceirizar qualquer etapa da confecção e fornecimento do objeto contratado.
- XV. Designar formalmente um representante para acompanhamento do contrato junto a CURITIBA S.A.
- XVI. Disponibilizar endereço de e-mail próprio para o recebimento das Ordens de serviços geradas pela Companhia, com funcionamento 24 (vinte e quatro) horas por dia e 07 (sete) dias por semana;
- XVII. Fornecer todos os equipamentos locados com garantia durante a vigência do contrato e em suas eventuais prorrogações;

- XVIII. Efetuar, sem ônus para a Companhia, sempre que solicitado, testes nos equipamentos, com a presença de técnico e de um representante a ser indicado pela CURITIBA S.A.
- XIX. Prestar serviços de assistência técnica, mediante chamado do Município de Curitiba, no horário compreendido das 8h às 18h, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, o que se entende por horas úteis de trabalho (horário comercial);
- XX. Prestar manutenção corretiva nos equipamentos, no local onde os mesmos estão instalados, no prazo máximo de 06 (seis) horas após o registro da solicitação, deixando-os em perfeito funcionamento ou substituí-los
- a) Os chamados técnicos registrados e eventualmente não atendidos no mesmo dia, deverão ter seu atendimento iniciado até às 10h do dia útil subsequente
- b) Havendo necessidade de remoção do equipamento, a empresa deverá obrigatoriamente, substituir por outro equipamento com, no mínimo, as mesmas especificações técnicas do item retirado
- c) Os chamados abertos devem ser solucionados sem quaisquer ônus para o Município
- d) Os chamados técnicos devem ser prestados no local de instalação dos equipamentos, quando necessário, sendo que as todas as despesas com os técnicos da empresa, tais como transporte, refeição, etc. serão por conta da contratada, sem ônus para a Companhia;

14.2 SÃO OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE, ATRAVÉS DO GESTOR DO CONTRATO:

- I. Acompanhar, fiscalizar, controlar a entrega do objeto contratado, ficando também, responsável pela validação do objeto entregue pela empresa vencedora.
- II. Fornecer a qualquer tempo e com a máxima presteza, mediante solicitação escrita da **CONTRATADA**, ressalvados os casos de urgência, informações adicionais para dirimir dúvidas e orientá-la em todos os casos omissos, do presente ajuste.
- III. Notificar por escrito a **CONTRATADA** se verificado qualquer problema no material entregue. Poderá ser ordenada à suspensão da entrega e

respectivos pagamentos, se dentro de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da entrega da notificação, não for atendida a reclamação, sem prejuízo das penalidades a que ficar sujeita.

- IV. Responsabilizar-se pelo fornecimento de todas as informações que se fizerem necessários para a realização completa da entrega do material.
- V. Notificar por escrito a **CONTRATADA** da aplicação de eventuais multas, da suspensão da execução da entrega do material e da sustação do pagamento;
 - a) Poderá ser ordenada à suspensão dos serviços e respectivos pagamentos, se dentro de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da entrega da notificação, não for atendida a reclamação, sem prejuízo das penalidades a que ficar sujeita.
- VI. Efetuar o pagamento ajustado.
- VII. Arcar com as despesas decorrentes do preparo das instalações elétricas, porventura necessárias à ligação dos equipamentos
- VIII. Designar colaborador(es) para o recebimento, conferência e controle dos equipamentos;
- IX. Manter o equipamento no local de instalação original e não o remover.
 - a) Em caso de mudança de local, solicitar o serviço à empresa vencedora por escrito, ficando por conta da empresa contratada todos os custos e despesas decorrentes dessa remoção e religação, com exceção das despesas de instalação elétrica;
- X. Proibir a autorização de serviços a outras empresas ou a técnicos estranhos à empresa vencedora

15 - DA SUSTENTABILIDADE

15.1 Considerando a natureza reciclável dos suprimentos (cabeça de impressão e cartuchos de tinta) utilizados no objeto a ser contratado e a necessidade de destinação ambientalmente adequada, a Companhia de Desenvolvimento de Curitiba - CURITIBA S.A. adotará o procedimento de logística reversa, em atendimento ao Inciso VI do Artigo 33 da Lei Federal 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, em especial a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos:

"Art. 33. São obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e do manejo dos resíduos sólidos, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de:

(...)

VI - produtos eletroeletrônicos e seus componentes

15.1.1 A logística reversa tem como objetivo estratégico agregar valor aos produtos que deverão ser devolvidos às empresas por algum motivo, como fim do ciclo de vida, fazendo com que retomem ao ciclo produtivo;

15.2 A empresa contratada deverá realizar a logística reversa para todos os itens, bem como encaminhar o material descartado de acordo com as práticas e políticas de sustentabilidade ambiental previstas em lei, sem qualquer ônus para a CURITIBA S.A.;

15.3 A empresa contratada deverá informar em sua proposta a forma de implementação da logística reversa, desde já indicando um responsável e seu contato (telefone e e-mail)

15.4 Poderá ser exigido do fornecedor contratado a apresentação de documentos comprobatórios dos procedimentos de reciclagem e/ou destruição nos termos da legislação vigente;

15.5 A veracidade das informações prestadas é de responsabilidade do fornecedor contratado, por elas respondendo civil e criminalmente, conforme legislação vigente;

15.6 Todo custo/desconto referente à realização da logística reversa deverá estar incluído no valor dos produtos fornecidos;

15.7 A estimativa para recolhimento de todo material adquirido (por uso) vai até 02 (dois) anos após a última entrega do material.

15.7.1 A quantidade de cartuchos a ser recolhida não será superior à fornecida pela empresa.

14.8 O não atendimento das exigências relativas à logística reversa sujeita a contratada às penalidades previstas no Termo de Referência, parte integrante deste Edital

16 - DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Reserva-se à autoridade competente, o direito de revogar no todo ou em parte a presente licitação visando ao interesse da Administração Pública, devendo anulá-la por ilegalidade, assegurados o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o artigo 49 e parágrafos da Lei nº 8.666/93.

16.2. O Pregoeiro poderá inhabilitar a participante, desclassificar a proposta ou mesmo desqualificar a empresa, a qualquer tempo, no caso de conhecimento de fatos ou circunstâncias supervenientes, desabonadoras da empresa ou de seus sócios, nos termos do artigo 43, parágrafo 5º da Lei nº 8.666/93.

16.3. Ao Pregoeiro e à Equipe de Apoio é facultado solicitar das proponentes esclarecimentos com relação aos documentos ou objeto apresentados, bem como promover diligências ou solicitar pareceres técnicos destinados a instruir o processo.

16.4. Para a apresentação dos documentos de habilitação exigidos no Edital de Embasamento que não estejam contemplados na Relação de Fornecedor, será concedido o prazo de 24h (vinte e quatro horas), contados da solicitação do Pregoeiro. A não apresentação da documentação no prazo concedido acarretará na inhabilitação da licitante.

16.5. Todos os documentos a serem apresentados pela empresa deverão ser originais ou ser apresentados por qualquer processo de cópia, à exceção de fotocópias em papel termo-sensível (fac-símile), a qual deverá ser autenticada por tabelião (Cartório) ou por funcionário do órgão que realiza a licitação, neste caso desde que acompanhada do original, ou, ainda, desde que apresentada prova de sua publicação em órgão de imprensa oficial.

16.6. Os documentos solicitados que forem emitidos pela Internet, **NÃO** precisam de autenticação em cartório, o Pregoeiro ou a Equipe de Apoio conferirá a sua autenticidade via Internet.

16.7. A proponente que causar impedimentos ao normal e legal andamento desta licitação está sujeita à aplicação das sanções legais e administrativas, sem prejuízo da responsabilização pelos danos e prejuízos causados ao Município.

16.8. O abandono da prestação do serviço em qualquer etapa, por parte da empresa contratada, ensejará ação de perdas e danos.

16.9. Em nenhuma hipótese será aceita carta ou outro meio de comunicação informando engano, erro ou omissão da parte do fornecedor ou de funcionário para justificar equívocos cometidos pela empresa no processo, seja durante quaisquer das fases da licitação, seja durante a execução do contrato.

16.10. As dúvidas que eventualmente surgirem durante as sessões públicas via Internet serão resolvidas pelo Pregoeiro, devidamente designado para o presente processo licitatório, através do “chat” de conversação.

16.11. De acordo com a Instrução Normativa 37-2009 do TCE-PR e Decreto Municipal nº 1915/2017, antes da adjudicação ao vencedor do objeto deste certame, será verificada a situação das empresas licitantes junto ao cadastro instituído pelo TCE-PR, a fim de evitar a contratação de pessoas físicas ou jurídicas impedidas de contratar com o Poder Público.

16.12. A empresa vencedora assumirá integral e exclusivamente toda a responsabilidade no que diz respeito às obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias e todos os demais encargos que porventura venham a incidir sobre o objeto deste Pregão Eletrônico.

16.13. Verificado qualquer problema no objeto licitado, a **CONTRATADA** será notificada por escrito, devendo corrigir os mesmos, sem qualquer ônus para o **CONTRATANTE**, podendo ser ordenada à suspensão dos serviços e respectivos pagamentos, se dentro de 48 h (quarenta e oito horas), a contar da entrega da notificação, não for atendida a reclamação, sem prejuízo das penalidades a que ficar sujeita.

16.14. A entrega do objeto desta licitação deverá ser efetivada, conforme a proposta, livres de quaisquer outros encargos, sejam fretes, carretos, taxa de descargas, presentes às Notas Fiscais correspondentes.

16.15. Em caso de não aceitação do objeto, por estar em desacordo com as especificações, todas as despesas serão atribuídas à empresa CONTRATADA.

16.16. A fiscalização é exercida no interesse da Administração, não exclui responsabilidade da empresa CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, e na sua ocorrência, não implica co-responsabilidade do Poder Público ou de seus agentes, presente às Notas Fiscais correspondentes.

16.17. O Pregoeiro poderá inabilitar, desclassificar a proposta ou mesmo desqualificar a empresa, a qualquer tempo, no caso de conhecimento de fato ou circunstância, superveniente desabonadora da empresa ou de seus sócios nos termos do artigo 43, parágrafo 5º da Lei Federal nº 8.666/93.

16.18. A critério do setor solicitante, o Pregoeiro poderá solicitar das proponentes esclarecimentos com relação aos documentos ou serviços apresentados, bem como promover diligências ou solicitar pareceres técnicos destinados a esclarecer a instrução do processo.

16.19. A proponente que vier causar impedimentos ao normal e legal andamento da licitação presente, além das sanções legais previstas, será responsabilizada civilmente pelos danos e

prejuízos causada a entidade licitante, derivado da não conclusão do processo licitatório, bem como do objeto pretendido.

16.20. A empresa vencedora deverá seguir obrigatoriamente as condições exigidas no edital. O não atendimento acarretará na desclassificação da proposta.

16.21. Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto do contrato, deverão ser prontamente atendidas pela empresa vencedora, sem ônus para a CURITIBA S.A.

16.22. Não será exigida a prestação de garantia para a contratação resultante desta licitação.

16.23. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

16.24. Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pelo Pregoeiro, designado para a condução do presente Pregão Eletrônico.

Curitiba, 29 de Setembro de 2020.

DAVIDSON JOSÉ MOULEPES
Matrícula n.º 81.599 - CURITIBA S.A
PREGOEIRO

RELAÇÃO DE ANEXOS DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2020

ANEXO I : Projeto Básico e Condições de Contratação
ANEXO II : Minuta do Contrato

ANEXO I DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2020

PROJETO BÁSICO E CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO

1. OBJETO

A presente licitação tem por objeto a seleção e contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação, instalação, manutenção preventiva e corretiva, mediante disponibilização de equipamento reprográfico MULTIFUNCIONAL, com funções adicionais de impressora, copiadora, scanner, suprimentos (exceto papel) e sistema de gerenciamento, bem como em conformidade com as condições e características mínimas contidas no formulário proposta eletrônica e anexos, partes integrante deste Edital, à disposição no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba (www.e-compras.curitiba.pr.gov.br).

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A principal atribuição da atividade meio/apoio em qualquer organização, é garantir um amplo suporte a operacionalização das atividades finalísticas (atividades intimamente atreladas às funções de estatutárias da CURITIBA S.A.) de forma contínua, eficiente, flexível, fácil, segura e confiável. Buscando atingir a este objetivo e ao mesmo tempo tentando-se evitar que as atividades finalísticas sofram algum tipo de impacto negativo, esta Companhia vem buscando, de forma racional e perene, obter melhor emprego de seus escassos recursos visando atingir a eficácia e eficiência de suas ações;

2.2. O serviço de locação de equipamento reprográfico, considerado uma atividade de apoio, em razão de seu baixo valor agregado quando comparado a outras tarefas de maior importância, é imprescindível ao funcionamento da Companhia, pois, nas suas interações com a sociedade e com o seu público interno, a empresa gera uma imensa quantidade de documentos que em diversas ocasiões necessitam ser reproduzidos, impressos e/ou digitalizados para melhor atender às suas necessidades e obrigações

2.3. Em face disso torna-se necessária a utilização de um equipamento multifuncional (digitalização, impressão e cópia) com capacidade técnica de última geração e recursos que propiciem maior flexibilidade operacional, agilidade das rotinas diárias dos trabalhos, afim de gerar um aumento na produtividade, na qualidade e eficácia, assim como uma maior rapidez de resposta da atividade administrativa;

2.4. A locação do equipamento ao invés da compra se dá por diversas razões, tais como:

- a. A assistência técnica e manutenção dos equipamentos será terceirizada, eliminando assim o custo de manutenção;
- b. Renovação tecnológica constante: a obsolescência de equipamentos próprios pode ser evitada com a locação que garante atualização tecnológica constante e de acordo com a necessidade;
- c. Permite um menor dispêndio de capital, pois o custo de aquisição deste tipo de equipamento é considerado alto;
- d. Pagamento de valores fixos durante o período necessário;
- e. Não há depreciação, desvalorização ou obsolescência dos equipamentos;
- f. Equipamentos que atendem exatamente a necessidade;
- g. Não há necessidade de imobilização de capital.

3. PRAZO DE ENTREGA

4.1. A empresa contratada tem até 20 (vinte) dias corridos para instalação dos equipamentos, contado a partir do recebimento da Ordem de Serviço, emitida pela CURITIBA.A.

4. ESPECIFICAÇÕES

4.1. Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa especializada na prestação de serviços reprográficos, mediante disponibilização de copiadora multifuncional com funções adicionais de impressora e scanner, suprimentos e sistema de gerenciamento, a ser instalada no prédio sede da CURITIBA S.A, localizado à Rua Barão do Rio Branco, n.º 45 – 7º Andar - Centro : Curitiba PR.

4.2. Os equipamentos deverão ser conforme características mínimas abaixo discriminadas, bem assim a instalação e treinamento de pessoal operacional, e ainda, com assistência técnica local, manutenção corretiva e preventiva, fornecimento de peças de reposição e materiais de consumo (exceto papel).

ITEM	QUANT	CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS DO EQUIPAMENTO
A1	1	1. Copiadora multifuncional, monocromática e colorida, com funções adicionais de impressora e scanner, a laser. 2. Velocidade mínima de 20 ppm 3. Resolução mínima de 600 x 600 dpi para cópia 4. Resolução mínima de até 1.200 dpi com aprimoramento de resolução para impressão 5. Cores até 10 ppm 6. Preto e branco : até 32/40 ppm 7. Capacidade de papel padrão: 500 folhas 8. Padrão de conectividade Ethernet, USB2.0 9. Saída padrão em frente e verso 10. Tamanho máximo do papel para impressão e cópia : A3 11. Duplex automático para cópia e impressão 12. Scanner 13. Alimentador manual de papel para no mínimo 50 folhas 14. Alimentador automático de documentos em frente e verso para no mínimo de 50 folhas 15. Zoom de 50% a 200% 16. Ciclo mensal de trabalho : mínimo de 20.000 cópias 17. Separação automática de cópias por orientação do papel ou outro mecanismo 18. Opções de digitalização 19. Memória mínima de 256 MB 20. Mínimo de 50 senhas de usuários 21. Placa de rede de no mínimo 10/100 22. Painel em português 23. Linguagem de impressão de no mínimo PCL 5 e 6 24. Nobreaks de potência suficiente para suportar o trabalho do multifuncional ofertado, com autonomia mínima de 5 minutos

4.3. Franquia de 10.000 cópias/impressão mês, sendo 1.500 para A3 e 8.500 para A4. A franquia será de forma acumulativa, considerando o total de 10.000 cópias/impressões mês;

4.4. Características Mínimas do Sistema de Gerenciamento

4.4.1. A solução deverá vir acompanhada de softwares de Gerenciamento e Contabilização, conforme especificações abaixo:

- ❖ Versões para Servidores: Windows 2000/2003/2008/2012 XP, Vista, 7, 8, 8.1, 10 e Linux Red
- ❖ Receber Jobs de clientes: Windows /2003/2008/2012 XP, Vista, 7, 8, 8.1, 10 /por TCP/IP/Unix por TCP/IP
- ❖ Pode armazenar os registros de impressão/cópia em: Arquivos LOG (em CSV). Fácil exportação e manipulação do lay-out / Gera/Imprime Relatórios / Manualmente e envia por email / e exporta para CSV / e exporta para HTML
- ❖ Gerenciamento de impressões por: Usuários / Grupos de usuários / Clientes / Departamentos / Projetos de Clientes / subdepartamentos
- ❖ Implementa políticas de impressão (regras) para:
- ❖ Deletar / pausar impressão de arquivo com mais/menos “x” bytes deletar / pausar impressão de arquivos com mais/menos “x” páginas
- ❖ Filtragem por tipos de Job: Rejeita impressão de determinados formatos de arquivos: Postscript, PCL, EMF, etc.
- ❖ Contabilização por: Número de páginas (pages) / Custo de páginas (currency). Interface Web para: Gerenciamento de cotas / Exibir saldo atual do usuário.
- ❖ Interação com os usuários: Envia mensagens personalizadas para o administrador ao ocorrer um determinado tipo de ação / Permite que o usuário entre com informações adicionais sobre o job impresso / Permite que o usuário consulte seu saldo através de sua própria estação / Permite que usuários autorizados possam gerenciar as cotas de impressão através de sua própria estação / Envia mensagem pela rede / Referentes às regras / políticas e cotas de impressão / Envia mensagens por email.

5. VALOR ESTIMADO DO FORNECIMENTO

5.1. Em cumprimento ao contido no artigo 20 do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CURITIBA S.A., foi dado sigilo ao valor estimado da contratação.

6. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

6.1. Menor Preço por Item.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e as supressões que se fizerem necessários, nos termos do art. 65 da Lei Federal n.º 8.666/1993;

7.2. Manifestar-se, por escrito, sobre os ofícios encaminhados pelo Contratante, a partir da ciência, no prazo máximo de 48 horas, garantindo-lhe o acesso a documentos relativos ao objeto licitado;

7.3. Cumprir rigorosamente com o objeto do Termo de Referência, parte integrante deste edital, de acordo com as especificações nele, bem como na legislação em vigor;

7.4. Entregar o objeto licitado obedecendo rigorosamente todos os itens do Termo de Referência, parte integrante deste edital. Se o objeto fornecido não corresponder às especificações solicitadas, será recusado e a empresa ficará sujeita às penalidades previstas no edital de embasamento;

7.5. Executar o serviço solicitado pela contratante obedecendo aos quantitativos estabelecidos, as especificações e outras informações contidas neste instrumento, sob pena de recusa do material;

7.6. Aceitar que a CURITIBA S.A, se for o caso, durante o período do recebimento provisório da entrega, escolher aleatoriamente uma unidade do produto entregue e solicitar um laudo técnico deste, para verificação das especificações do edital;

7.7. Cumprir todos os prazos tratados neste instrumento;

7.8. Entregar o objeto adquirido dentro das especificações relatadas no Termo de Referência, estando ciente de que os materiais somente serão recebidos se estiverem de acordo com o solicitado;

7.9. Assumir integral e exclusivamente toda a responsabilidade no que diz respeito às obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias e todos os demais encargos que porventura venham a incidir sobre o objeto deste instrumento;

7.10. Apresentar declaração de que se vencedora do processos, possuirá até o final das respectivas contratações, instalações e manutenção, apoio administrativo e técnico residente em Curitiba ou Região Metropolitana de Curitiba.

7.11. Assumir integral responsabilidade pelos danos que causar ao Município ou a terceiros, por si ou por seus sucessores e representantes na execução dos serviços contratados, isentando o CONTRATANTE de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência dos mesmos;

7.12. Responsabilizar-se pelo total atendimento das especificações do objeto licitado. Se no momento da entrega do item, não houver atendimento ao especificado, este será recusado, e a empresa ficará sujeita às penalidades previstas neste edital de embasamento. Se o objeto licitado estiver em desconformidade com as especificações, todas as despesas e os eventuais danos de qualquer natureza decorrentes serão atribuídos à empresa vencedora;

7.13. Substituir em até 05 (cinco) dias úteis, os itens que apresentarem deformidades ou desconformidades;

7.14. A CONTRATADA não poderá em hipótese alguma terceirizar qualquer etapa da confecção e fornecimento do objeto contratado.

7.15. Designar formalmente um representante para acompanhamento do contrato junto a CURITIBA S.A.

7.16. Disponibilizar endereço de e-mail próprio para o recebimento das Ordens de serviços geradas pela Companhia, com funcionamento 24 (vinte e quatro) horas por dia e 07 (sete) dias por semana;

7.17. Fornecer todos os equipamentos locados com garantia durante a vigência do contrato e em suas eventuais prorrogações;

7.18. Efetuar, sem ônus para a Companhia, sempre que solicitado, testes nos equipamentos, com a presença de técnico e de um representante a ser indicado pela CURITIBA S.A.

7.19. Prestar serviços de assistência técnica, mediante chamado do Município de Curitiba, no horário compreendido das 8h às 18h, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, o que se entende por horas úteis de trabalho (horário comercial);

7.20. Prestar manutenção corretiva nos equipamentos, no local onde os mesmos estão instalados, no prazo máximo de 06 (seis) horas após o registro da solicitação, deixando-os em perfeito funcionamento ou substituí-los

a) Os chamados técnicos registrados e eventualmente não atendidos no mesmo dia, deverão ter seu atendimento iniciado até às 10h do dia útil subsequente

b) Havendo necessidade de remoção do equipamento, a empresa deverá obrigatoriamente, substituir por outro equipamento com, no mínimo, as mesmas especificações técnicas do item retirado

c) Os chamados abertos devem ser solucionados sem quaisquer ônus para o Município

d) Os chamados técnicos devem ser prestados no local de instalação dos equipamentos, quando necessário, sendo que as todas as despesas com os técnicos da empresa, tais como transporte, refeição, etc. serão por conta da contratada, sem ônus para a Companhia;

7.21. Responsabilizar-se, também, pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto contratado.

7.22. Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação em compatibilidade com as obrigações assumidas, durante toda a execução do objeto.

7.23. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, conforme preconizado no art. 69, da Lei nº 8.666/93;

7.24. Assegurar durante o fornecimento, conforme o artigo 31 do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, a oferta de informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidade, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores;

7.25. Garantir a qualidade do(s) produto(s) licitado(s) comprometendo-se a substituí-lo(s), caso não atendam o padrão de qualidade exigido ou apresentem defeitos de produção;

7.26. Transporte apropriado dos produtos, assumindo a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta licitação;

6. DAS SANÇÕES

6.1. O FORNECEDOR será punido com o impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e ser descredenciado no E-compras e no cadastro de fornecedores do ADQUIRENTE, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste contrato e demais cominações legais, nos seguintes casos:

6.1.1. apresentação de documentação falsa;

6.1.2. retardamento da execução do objeto;

6.1.3. falhar na execução do objeto;

6.1.4. fraudar na execução do objeto;

6.1.5. comportamento inidôneo;

6.1.6. declaração falsa;

6.1.7. fraude fiscal.

6.2. Para os fins do item 1.5, reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993.

6.3. Para condutas descritas nos subitens 6.1.1, 6.1.4, 6.1.5, 6.1.6 e 6.1.7 será aplicada multa de no máximo 30% (trinta por cento) do valor adjudicado.

6.4. Para os fins dos itens 6.1.2 e 6.1.3, será aplicada multa nas seguintes condições:

a) 0,5% (cinco décimos por cento) do valor adjudicado por dia de atraso na entrega, até no máximo de 30% (trinta por cento), o que configurará a inexecução total do objeto, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

b) até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor adjudicado no caso de inexecução parcial do objeto ou de descumprimento de obrigação contratual;

c) 30% (trinta por cento) do valor adjudicado no caso de inexecução total do objeto.

6.5. Após o trigésimo dia de atraso, o ADQUIRENTE poderá rescindir o fornecimento, caracterizando-se a inexecução total do seu objeto.

6.6. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR.

6.6.1. Se o valor do pagamento for insuficiente, fica o FORNECEDOR obrigado a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

6.6.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao ADQUIRENTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Acompanhar, fiscalizar, controlar a entrega do objeto contratado, ficando também, responsável pela validação do objeto entregue pela empresa vencedora.

8.2. Fornecer a qualquer tempo e com a máxima presteza, mediante solicitação escrita da CONTRATADA, ressalvados os casos de urgência, informações adicionais para dirimir dúvidas e orientá-la em todos os casos omissos, do presente ajuste.

8.3. Notificar por escrito a CONTRATADA se verificado qualquer problema no material entregue. Poderá ser ordenada à suspensão da entrega e respectivos pagamentos, se dentro de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da entrega da notificação, não for atendida a reclamação, sem prejuízo das penalidades a que ficar sujeita.

8.4. Responsabilizar-se pelo fornecimento de todas as informações que se fizerem necessários para a realização completa da entrega do material.

8.5. Notificar por escrito a CONTRATADA da aplicação de eventuais multas, da suspensão da execução da entrega do material e da suspensão do pagamento;

a) Poderá ser ordenada à suspensão dos serviços e respectivos pagamentos, se dentro de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da entrega da notificação, não for atendida a reclamação, sem prejuízo das penalidades a que ficar sujeita.

8.6. Efetuar o pagamento ajustado.

8.7. Arcar com as despesas decorrentes do preparo das instalações elétricas, porventura necessárias à ligação dos equipamentos

8.8. Designar colaborador(es) para o recebimento, conferência e controle dos equipamentos;

8.9. Manter o equipamento no local de instalação original e não o remover.

a) Em caso de mudança de local, solicitar o serviço à empresa vencedora por escrito, ficando por conta da empresa contratada todos os custos e despesas decorrentes dessa remoção e religação, com exceção das despesas de instalação elétrica;

8.10. Proibir a autorização de serviços a outras empresas ou a técnicos estranhos à empresa vencedora.

9. REQUISITOS DE GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

9.1. Os materiais que apresentarem qualquer defeito deverão ser substituídos em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento da comunicação efetuada pela CURITIBA S.A. à CONTRATADA, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.

10. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E ACEITAÇÃO DO PRODUTO LICITADO

10.1. Em conformidade com os artigos 73 a 76 da lei nº. 8.666/93, mediante termo, o objeto deste Termo de Referência, será recebido:

10.1.1. provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, no ato da entrega, para posterior verificação da conformidade do material com as especificações solicitadas;

10.1.2. definitivamente, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.

10.2. O serviço que for entregue em desacordo com o especificado neste Termo de Referência ou na proposta da licitante vencedora será rejeitado parcial ou totalmente, conforme o caso, podendo ser aplicadas sanções previstas neste termo.

10.3. A licitante vencedora deverá efetuar a correção do serviço que não atender as especificações deste Termo de Referência no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da solicitação.

11. CONDIÇÕES PARA JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

11.1. A empresa com melhor lance ofertado, após a fase de lances, deverá entregar:

a) Catálogos ou descritivo detalhado de forma que contemple todas as características técnicas para análise dos equipamentos;

b) Atestado de Capacidade técnica

c) Prova de Capital Social

Obs.: Poderão ser aceitos o envio dos documentos exigidos por e-mail.

11.2. O Descritivo Técnico Proposto detalhado deverá conter todas as exigências técnicas do equipamento para análise do Núcleo de Informática da Companhia. O equipamento deverá seguir rigorosamente as especificações mínimas do item 4 – Detalhamento do Objeto deste Termo de Referência, sob pena de desclassificação.

11.3. O resultado somente será divulgado após análise dos documentos da empresa vencedora.

11.4. O não atendimento às condições estabelecidas no Edital de Embasamento acarretará na desclassificação da proposta.

12. CONDIÇÕES QUE DEVERÃO SER EXIGIDAS PARA HABILITAÇÃO

12.1 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA : Comprovação de aptidão através de no mínimo 01 (um) atestado, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, para a qual a licitante efetuou o fornecimento, que comprove o bom desempenho da empresa no fornecimento do objeto acima solicitado. Não será(ão) aceito(s) atestado(s) de empresa(s) que pertença(m) ao mesmo grupo empresarial.

12.1.1. Justificativa : O art. 30, da Lei 8.666/93, ao tratar das exigências habilitatórias pertinentes à capacitação técnica dos licitantes, estabelece a possibilidade de ser comprovada a capacidade técnica. Face à complexidade do objeto envolvido, a Administração não poderia deixar de exigir atestado, sob pena de, não raro, restar prejudicada a execução do objeto da licitação em conteúdo. A quantidade e o prazo definidos em 01 equipamento similar ao objeto têm como finalidade proporcionar ampla participação de empresas, garantida a qualidade dos serviços. Com relação ao somatório também serve para ampliar a competitividade, sendo que a exigência de simultaneidade garante a constatação de capacidade operacional da empresa e a capacidade de logística na prestação de serviços.

12.2 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA : Prova de patrimônio líquido até a data de apresentação da proposta de cada proponente, para participar deste Pregão Eletrônico,

de conformidade com o artigo 31, parágrafo 3º da Lei nº 8666/93 é de 10% (dez) por cento do total estimado.

12.2.1. Justificativa : Cabe ressaltar que conforme o art. 31, § 3º da Lei 8.666/93 o percentual estipulado poderá ser de até 10%. Desta maneira o que está sendo solicitado atende ao previsto na legislação. O capital social serve como dado objetivo de comprovação da qualificação econômico-financeira dos licitantes e para efeito de garantia ao cumprimento do contrato a ser ulteriormente celebrado. Portanto a Administração entende que o percentual exigido é correto para avaliação da situação financeira ao cumprimento das obrigações decorrentes da licitação. As exigências mencionadas são justificadas para que sejam contratadas empresas com condição de prestar os serviços com capacidade administrativa, operacional e econômica financeira.

13. FORMA DE PAGAMENTO

13.1. Mensalmente, após a execução dos serviços, a empresa vencedora deverá protocolar processo administrativo junto a Companhia de Desenvolvimento de Curitiba - CURITIBA S.A., solicitando o pagamento. Para tanto, deverá anexar ao processo as notas fiscais correspondentes ao período, bem como os seguintes documentos:

13.1.1 Requerimento de pagamento;

13.1.2. Certidão negativa de débitos previdenciários e de terceiros, referente ao mês imediatamente anterior;

13.1.3. Cópias das guias de recolhimento da contribuição previdenciária devidamente quitadas;

13.1.4. Cópias das guias de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS devidamente quitadas e Relação de Empregados - RE envolvidos na execução do objeto contratado;

13.1.5. Cópias das folhas de salário dos empregados envolvidos na execução do objeto contratual;

13.1.6. Declaração do responsável legal pela empresa dando conta da regular quitação de todos os direitos sociais trabalhistas de seus empregados

13.1.7. Cópia dos termos de rescisão contratual firmados no período e correspondente termo de quitação das verbas rescisórias e recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS

13.1.8. Declaração do responsável legal da empresa, contendo indicação dos empregados que desenvolveram as atividades previstas no objeto do contrato por posto de trabalho e período, integral ou parcial, de atuação no mês de apuração, com indicativo expresso da jornada cumprida em cada posto de trabalho e horário de intervalo de cada empregado

13.1.9. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), atualizada

13.1.10. Certidões de regularidade fiscal Federal, Estadual e Municipal

13.2. Os documentos nominados acima deverão estar devidamente quitados, sob pena de ficar a referida parcela retida, enquanto não cumprida esta condição.

13.3. O ISS relativo à prestação dos serviços deverá ser recolhido no Município de Curitiba.

13.4. Toda e qualquer alteração da legislação tributária, fiscal, trabalhista e previdenciária em vigor, que venha afetar direta ou indiretamente os custos dos serviços contratados, será analisada pelo Contratante, podendo ser renegociados os custos comprovados com a Contratada através de Planilha de Custos, desde que tal alteração não venha infringir dispositivos legais vigentes.

14. DAS PENALIDADES

14.1 Se a empresa vencedora deixar de efetuar o serviço por qualquer motivo ou o fizer fora das especificações e condições pré-determinadas e ainda em qualquer outra hipótese de inexecução parcial ou total do contrato, poderão ser aplicadas às penalidades seguintes, facultada defesa prévia, independente de outras previstas em lei:

14.1.1 Advertência;

14.1.2 Multa de mora de até 1% (um por cento) ao dia sobre o valor do contrato, até o prazo máximo de 10 dias

1541.3 No caso de inadimplemento do contrato, será aplicada multa punitiva de 10% (dez por cento) sobre o valor remanescente da contratação

14.1.4 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Curitiba

14.2 A aplicação de penalidade não prejudica o direito do Município de recorrer às garantias contratuais para se ressarcir pelos danos causados, podendo, ainda, reter créditos

decorrentes do contrato ou promover a cobrança judicial ou extrajudicial de eventuais perdas e danos;

14.3 Considera-se inadimplemento, a não entrega ou entrega em atraso do objeto contratado ou, ainda, a inexecução, total ou parcial, do serviço contratado, entendendo-se como tais as entregas de produtos ou prestação de serviços que se derem parcialmente em relação à quantidade ou em relação às especificações e condições pré-determinadas;

14.4 Os procedimentos referentes à aplicação de penalidades estão previstos no Decreto Municipal no 610/2019 e no Regulamento de Licitações da CURITIBA S.A, do qual os interessados declaram estar ciente, ao assinar o contrato;

14.5 Além das penalidades previstas acima, em caso do não atendimento dos níveis de serviços mínimos exigidos no Termo de Referência, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades relativas ao suporte e solução de problemas:

14.5.1 Desconto de 10% no valor correspondente a locação do equipamento no mês do problema, por chamado não atendido com prazo superior a 24 horas e inferior a 48 horas, após o registro do chamado.

14.5.2 Desconto de 30% no valor correspondente a locação do equipamento no mês do problema, por chamado não atendido com prazo superior 48 horas, após o registro do chamado.

15. DA RESCISÃO

15.1 O inadimplemento de qualquer cláusula do presente instrumento poderá ser motivo de sua imediata rescisão, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além de responder a empresa vencedora por perdas e danos, quando esta:

15.1.1 Não cumprir as obrigações assumidas;

15.1.2 Falir ou dissolver-se;

15.1.3 Transferir o contrato a terceiros

15.2 O contrato poderá ainda, ser rescindido por qualquer uma das partes e a qualquer tempo, observadas as seguintes condições:

15.2.1 Na hipótese da CURITIBA S.A. solicitar a rescisão, deverá comunicar a empresa vencedora por escrito, com antecedência de 60 (sessenta) dias, sendo então pagos os

serviços comprovadamente devidos, não cabendo à empresa vencedora qualquer outra compensação ou indenização, seja a que título for;

15.2.2 Na hipótese de a empresa vencedora solicitar a rescisão, ficará a mesma obrigada a continuar prestando os serviços contratados por período a ser estipulado pela CURITIBA S.A., a contar do recebimento da notificação.

16. DA SUSTENTABILIDADE

16.1. Considerando a natureza reciclável dos suprimentos (cabeça de impressão e cartuchos de tinta) utilizados no objeto a ser contratado e a necessidade de destinação ambientalmente adequada, a CURITIBA S.A. adotará o procedimento de logística reversa, em atendimento à Lei Federal 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, em especial a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos:

"Art. 33. São obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e do manejo dos resíduos sólidos, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de:

(...)

VI - produtos eletroeletrônicos e seus componentes

16.1.1. A logística reversa tem como objetivo estratégico agregar valor aos produtos que deverão ser devolvidos às empresas por algum motivo, como fim do ciclo de vida, fazendo com que retomem ao ciclo produtivo;

16.2. A empresa contratada deverá realizar a logística reversa para todos os itens, bem como encaminhar o material descartado de acordo com as práticas e políticas de sustentabilidade ambiental previstas em lei, sem qualquer ônus para o Município, que se dará da seguinte forma:

16.2.1. A empresa contratada deverá informar em sua proposta a forma de implementação da logística reversa, desde já indicando um responsável e seu contato (telefone e e-mail)

16.3. Poderá ser exigido do fornecedor contratado a apresentação de documentos comprobatórios dos procedimentos de reciclagem e/ou destruição nos termos da legislação vigente;

16.3.1. A veracidade das informações prestadas é de responsabilidade do fornecedor contratado, por elas respondendo civil e criminalmente, conforme legislação vigente;

16.4. Todo custo/desconto referente à realização da logística reversa deverá estar incluído no valor dos produtos fornecidos;

16.5. A estimativa para recolhimento de todo material adquirido (por uso) vai até 02 (dois) anos após a última entrega do material.

16.5.1. A quantidade de cartuchos a ser recolhida não será superior à fornecida pela empresa.

16.6. O não atendimento das exigências relativas à logística reversa sujeita a contratada às penalidades previstas neste Termo de Referência.

17. GESTORES

Gestor: Davidson José Moulepes – matrícula 81.599

Suplente: Jorge Rangel Heckamnn – matrícula 81.647

Davidson José Moulepes

Matrícula n.º 81.599

Gestor do Contrato

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA - CURITIBA S/A
Rua Barão do Rio Branco, 45 – 7º andar – Centro – Curitiba – Pr
80.010-180 - Fone 41 3221-8800 / 3221-8820
www.curitibasa.com.br

ANEXO II

MINUTA DO CONTRATO

Contrato n.º xx para prestação de serviços de locação de equipamento reprográfico, que entre si celebram a COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA - CURITIBA S/A e a empresa xxxxxxxxxxxx.

A **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA - CURITIBA S/A**, sociedade de economia mista Municipal, inscrita no CNPJ/MF sob nº 76.493.899/0001-93 com sede na Rua Barão do Rio Branco, 45 – 7º andar, Centro, nesta capital, neste ato representada por seu Diretor Presidente, **WALTER BRUNO CUNHA DA ROCHA**, CPF/MF nº xxxxxx, e por seu Diretor Administrativo e Financeiro, **FERNANDO LAPORTE STEPHANES**, CPF/MF nº xxxxxxxxxxxx, assistidos pela Supervisora Jurídica, **SANDRA REGINA S. ROMANIELLO**, inscrita na OAB-PR sob n.º xxxxx, neste ato denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa xxxxxxxxxxxx, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF n.º xxxxx, com sede na xxxxxx, neste ato representada por xxxxx, CPF/MF n.º xxxxx, doravante denominada **CONTRATADA**, considerando o resultado do Edital na modalidade Pregão Eletrônico n.º 003/2020, o Processo Administrativo nº _____ e o despacho que homologou e adjudicou à **CONTRATADA** o objeto da referida licitação, tem entre si, justo e acordado, o presente Contrato, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto:

O objeto do presente contrato é a prestação de serviços reprográficos, mediante a disponibilização de 01 equipamento, incluindo a disponibilização do mesa/gabinete para suporte do equipamento, bem assim a instalação e treinamento de pessoal operacional, e ainda com assistência técnica local, manutenção corretiva e preventiva, fornecimento de peças de reposição e materiais de consumo, exceto papel, para entrega e instalação na sede da CONTRATANTE, sito à Rua Barão do Rio Branco, n.º 45 – 7º Andar - Centro – CURITIBA PR, cujas condições gerais da contratação estão dispostas no referido edital de licitação e ainda de acordo com o presente instrumento.

Parágrafo Único

A descrição do equipamento que compõe o objeto deste contrato, são aquelas constantes da proposta da **CONTRATADA**, a qual fará parte deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – Da Entrega do Objeto:

A instalação dos equipamentos deverá ser efetivada no Edifício J Malucelli – Rua Barão do Rio Branco, n.º 45 - 7º Andar, livres de quaisquer outros encargos, sejam fretes, carretos, taxa de descargas ou embalagens.

Parágrafo Primeiro - A **CONTRATADA** terá o prazo de até 20 (vinte) dias corridos, a partir da data da emissão da ordem de serviço pela **CONTRATANTE**, para efetuar a entrega e instalação dos equipamentos.

Parágrafo Segundo - Considerar-se-á em mora à **CONTRATADA**, no dia seguinte ao prazo indicado na Ordem de Serviço, se não efetuar a entrega e instalação dos equipamentos.

CLÁUSULA TERCEIRA - Do Valor do Contrato:

A **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** pela prestação dos serviços objeto deste contrato, correspondente à franquia mensal o valor de R\$ (.....) porcópias/impressões (mês); e R\$.... (.....) por cada cópia excedente à franquia, já acrescidos de todas as despesas decorrentes da disponibilização do equipamento.

Parágrafo Primeiro - A despesas do presente contrato correrão por conta dos recursos próprios da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA QUARTA - Do Reajuste:

O valor do contrato poderá ser alterado depois de decorridos 12 (doze) meses, por reajuste ou repactuação, nos termos da Lei n.º 10.192, de 14 de fevereiro 2001, Acórdão TCU n.º 1563/2004 – Plenário e artigo n.º 65 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, a partir da demonstração analítica dos componentes dos custos que integram o contrato.

CLÁUSULA QUINTA - Do Pagamento:

Mensalmente, após a execução dos serviços, a empresa **CONTRATADA** deverá protocolar processo administrativo junto a Companhia de Desenvolvimento de Curitiba - CURITIBA S.A., solicitando o pagamento. Para tanto, deverá anexar ao processo as notas fiscais correspondentes ao período, bem como os seguintes documentos:

- a. Requerimento de pagamento;
- b. Certidão negativa de débitos previdenciários e de terceiros, referente ao mês imediatamente anterior;
- c. Cópias das guias de recolhimento da contribuição previdenciária devidamente quitadas;
- d. Cópias das guias de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS devidamente quitadas e Relação de Empregados - RE envolvidos na execução do objeto contratado;
- e. Cópias das folhas de salário dos empregados envolvidos na execução do objeto contratual;
- f. Declaração do responsável legal pela empresa dando conta da regular quitação de todos os direitos sociais trabalhistas de seus empregados
- g. Cópia dos termos de rescisão contratual firmados no período e correspondente termo de quitação das verbas rescisórias e recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS
- h. Declaração do responsável legal da empresa, contendo indicação dos empregados que desenvolveram as atividades previstas no objeto do contrato por posto de trabalho e período, integral ou parcial, de atuação no mês de apuração, com indicativo expresso da jornada cumprida em cada posto de trabalho e horário de intervalo de cada empregado
- i. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), atualizada
- j. Certidões de regularidade fiscal Federal, Estadual e Municipal

Os documentos nominados acima deverão estar devidamente quitados, sob pena de ficar a referida parcela retida, enquanto não cumprida esta condição.

CLÁUSULA SEXTA - Da Vigência:

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA - CURITIBA S/A
Rua Barão do Rio Branco, 45 – 7º andar – Centro – Curitiba – Pr
80.010-180 - Fone 41 3221-8800 / 3221-8820
www.curitibasa.com.br

O presente contrato tem por vigência o prazo de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogado por acordo entre as partes, ou rescindido por iniciativa de qualquer das partes, mediante aviso com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, por inadimplência de suas Cláusulas e demais situações previstas em lei.

CLÁUSULA SÉTIMA - Das Obrigações da Contratada:

Compete a **CONTRATADA**:

- I. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e as supressões que se fizerem necessários, nos termos do art. 65 da Lei Federal n.º 8.666/1993;
- II. Manifestar-se, por escrito, sobre os ofícios encaminhados pelo **CONTRATANTE**, a partir da ciência, no prazo máximo de 48 horas, garantindo-lhe o acesso a documentos relativos ao objeto licitado;
- III. Cumprir rigorosamente com o objeto do Termo de Referência, parte integrante deste edital, de acordo com as especificações nele, bem como na legislação em vigor;
- IV. Entregar o objeto licitado obedecendo rigorosamente todos os itens do Termo de Referência, parte integrante deste edital. Se o objeto fornecido não corresponder às especificações solicitadas, será recusado e a empresa ficará sujeita às penalidades previstas no edital de embasamento;
- V. Executar o serviço solicitado pela contratante obedecendo aos quantitativos estabelecidos, as especificações e outras informações contidas neste instrumento, sob pena de recusa do material;
- VI. Aceitar que a CURITIBA S.A, se for o caso, durante o período do recebimento provisório da entrega, escolher aleatoriamente uma unidade do produto entregue e solicitar um laudo técnico deste, para verificação das especificações do edital;
- VII. Cumprir todos os prazos tratados neste instrumento;
- VIII. Entregar o objeto adquirido dentro das especificações relatadas no Termo de Referência, estando ciente de que os materiais somente serão recebidos se estiverem de acordo com o solicitado;
- IX. Assumir integral e exclusivamente toda a responsabilidade no que diz respeito às obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias e todos os demais encargos que porventura venham a incidir sobre o objeto deste instrumento;

- X. Apresentar declaração de que se vencedora do processos, possuirá até o final das respectivas contratações, instalações e manutenção, apoio administrativo e técnico residente em Curitiba ou Região Metropolitana de Curitiba.
- XI. Assumir integral responsabilidade pelos danos que causar ao Município ou a terceiros, por si ou por seus sucessores e representantes na execução dos serviços contratados, isentando o CONTRATANTE de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência dos mesmos;
- XII. Responsabilizar-se pelo total atendimento das especificações do objeto licitado. Se no momento da entrega do item, não houver atendimento ao especificado, este será recusado, e a empresa ficará sujeita às penalidades previstas neste edital de embasamento. Se o objeto licitado estiver em desconformidade com as especificações, todas as despesas e os eventuais danos de qualquer natureza decorrentes serão atribuídos à empresa vencedora;
- XIII. Substituir em até 05 (cinco) dias úteis, os itens que apresentarem deformidades ou desconformidades;
- XIV. A CONTRATADA não poderá em hipótese alguma terceirizar qualquer etapa da confecção e fornecimento do objeto contratado.
- XV. Designar formalmente um representante para acompanhamento do contrato junto a CURITIBA S.A.
- XVI. Disponibilizar endereço de e-mail próprio para o recebimento das Ordens de serviços geradas pela Companhia, com funcionamento 24 (vinte e quatro) horas por dia e 07 (sete) dias por semana;
- XVII. Fornecer todos os equipamentos locados com garantia durante a vigência do contrato e em suas eventuais prorrogações;
- XVIII. Efetuar, sem ônus para a Companhia, sempre que solicitado, testes nos equipamentos, com a presença de técnico e de um representante a ser indicado pela CURITIBA S.A.
- XIX. Prestar serviços de assistência técnica, mediante chamado do Município de Curitiba, no horário compreendido das 8h às 18h, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, o que se entende por horas úteis de trabalho (horário comercial);
- XX. Prestar manutenção corretiva nos equipamentos, no local onde os mesmos estão instalados, no prazo máximo de 06 (seis) horas após o registro da solicitação, deixando-os em perfeito funcionamento ou substituí-los

- a. Os chamados técnicos registrados e eventualmente não atendidos no mesmo dia, deverão ter seu atendimento iniciado até às 10h do dia útil subsequente
 - b. Havendo necessidade de remoção do equipamento, a empresa deverá obrigatoriamente, substituir por outro equipamento com, no mínimo, as mesmas especificações técnicas do item retirado
 - c. Os chamados abertos devem ser solucionados sem quaisquer ônus para o Município
 - d. Os chamados técnicos devem ser prestados no local de instalação dos equipamentos, quando necessário, sendo que as todas as despesas com os técnicos da empresa, tais como transporte, refeição, etc. serão por conta da contratada, sem ônus para a Companhia;
- XXI. Responsabilizar-se, também, pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto contratado.
- XXII. Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação em compatibilidade com as obrigações assumidas, durante toda a execução do objeto.
- XXIII. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, conforme preconizado no art. 69, da Lei nº 8.666/93;
- XXIV. Assegurar durante o fornecimento, conforme o artigo 31 do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, a oferta de informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidade, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores;
- XXV. Garantir a qualidade do(s) produto(s) contratado(s) comprometendo-se a substituí-lo(s), caso não atendam o padrão de qualidade exigido ou apresentem defeitos de produção;
- XXVI. Transporte apropriado dos produtos, assumindo a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta licitação;

Parágrafo Primeiro - Se no momento da entrega dos equipamentos e prestação dos serviços não houver atendimento ao especificado no Termo de Referência, parte integrante deste instrumento, estes serão recusados e a empresa ficará sujeita às penalidades previstas.

Parágrafo Segundo - Os técnicos que venham a executar os serviços de manutenção do equipamento, decorrente deste instrumento, serão de responsabilidade da **CONTRATADA**, sendo a mesma responsável pelos direitos, obrigações e ações decorrentes, pagamentos dos salários e demais vantagens, recolhimento de todas as obrigações sociais e tributos pertinentes, indenização por quaisquer acidentes de que seus empregados possam ser vítimas quando em serviço, na forma expressa e considerada nos artigos 19 a 21 da Lei nº 8.213/91.

Parágrafo Terceiro - A **CONTRATADA** com sede em outro Município ou Estado, terá um prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do contrato, para indicar um representante em Curitiba, visando manter todos os entendimentos que se fizerem necessários entre ela e o **CONTRATANTE**, para perfeita execução dos serviços objeto do contrato.

CLÁUSULA OITAVA - Das Obrigações da Contratante:

São obrigações do **CONTRATANTE**:

- I. Acompanhar, fiscalizar, controlar a entrega do objeto contratado, ficando também, responsável pela validação do objeto entregue pela empresa vencedora.
- II. Fornecer a qualquer tempo e com a máxima presteza, mediante solicitação escrita da CONTRATADA, ressalvados os casos de urgência, informações adicionais para dirimir dúvidas e orientá-la em todos os casos omissos, do presente ajuste.
- III. Notificar por escrito a CONTRATADA se verificado qualquer problema no material entregue. Poderá ser ordenada à suspensão da entrega e respectivos pagamentos, se dentro de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da entrega da notificação, não for atendida a reclamação, sem prejuízo das penalidades a que ficar sujeita.
- IV. Responsabilizar-se pelo fornecimento de todas as informações que se fizerem necessários para a realização completa da entrega do material.
- V. Notificar por escrito a CONTRATADA da aplicação de eventuais multas, da suspensão da execução da entrega do material e da sustação do pagamento;
- VI. Efetuar o pagamento ajustado.
- VII. Arcar com as despesas decorrentes do preparo das instalações elétricas, porventura necessárias à ligação dos equipamentos

- VIII. Designar colaborador(es) para o recebimento, conferência e controle dos equipamentos;
- IX. Manter o equipamento no local de instalação original e não o remover.
- X. Proibir a autorização de serviços a outras empresas ou a técnicos estranhos à empresa vencedora.

Parágrafo Primeiro - Em caso de mudança de local, solicitar o serviço à **CONTRATADA** por escrito, ficando por conta do **CONTRATADA** todos os custos e despesas decorrentes dessa remoção e religação.

Parágrafo Segundo - Poderá ser ordenada à suspensão dos serviços e respectivos pagamentos, se dentro de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da entrega da notificação, não for atendida a reclamação, sem prejuízo das penalidades a que ficar sujeita.

CLÁUSULA NONA – Da Rescisão:

O presente contrato poderá ser rescindido nas seguintes condições:

- I. Quando houver o inadimplemento de qualquer cláusula do presente instrumento, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além de responder a **CONTRATADA**, por perdas e danos, em especial quando esta:
 - a. não cumprir as obrigações assumidas;
 - b. falir ou dissolver-se;
 - c. transferir parcialmente o contrato a terceiros;
- II. Quando em comum acordo entre as partes, ou unilateralmente nas condições e hipóteses previstas nos artigos 78, 79 e 80 da Lei nº 8.666/1993, observadas as seguintes observações:
 - a. Na hipótese de o **CONTRATANTE** solicitar a rescisão, deverá efetuar comunicação por escrito, com antecedência de 60 (sessenta) dias a **CONTRATADA**, sendo então pagos os serviços comprovadamente devidos, não cabendo à **CONTRATADA** qualquer outra compensação ou indenização, seja a que título for.

- b. Na hipótese de a **CONTRATADA** solicitar a rescisão, ficará a mesma obrigada a continuar prestando os serviços contratados por período a ser estipulado pelo **CONTRATANTE**, a contar do recebimento da notificação

CLÁUSULA DÉCIMA – Das Penalidades

Se a **CONTRATADA** deixar de prestar o serviço contratual exigido, ou fizer fora das especificações e condições pré-determinadas e ainda em qualquer outra hipótese de inexecução parcial ou total do contrato, poderão ser aplicadas às penalidades seguintes, facultada defesa prévia da **CONTRATANTE**, independente de outras previstas em lei:

- I. Advertência;
- II. Multa de mora de até 1% (um por cento) ao dia sobre o valor da parcela ou etapa inadimplida do contratado, até o prazo máximo de 10 (dez) dias, no caso de atraso injustificado na execução do contrato.
- III. Multa punitiva de 10% (dez por cento) sobre o valor remanescente da contratação, no caso de inadimplemento do contrato; IV
- IV. Suspensão do direito de licitar ou impedimento de contratar com o Município, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- V. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;

Parágrafo Primeiro - Além das penalidades previstas acima, em caso do não atendimento dos níveis de serviços mínimos exigidos no item XX da cláusula sétima deste documento, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades relativas ao suporte e solução de problemas:

- a. Desconto de 10% no valor correspondente a locação do equipamento no mês do problema, por chamado não atendido com prazo superior a 24 horas e inferior a 48 horas, após o registro do chamado.
- b. Desconto de 30% no valor correspondente a locação do equipamento no mês do problema, por chamado não atendido com prazo superior 48 horas, após o registro do chamado.

Parágrafo Segundo - A multa moratória (item II) e a multa punitiva (item III) poderão ser cumuladas sempre que ocorrer atraso injustificado na execução do contrato em prazo superior a dez dias, sempre que resultar em prejuízo a contratante.

Parágrafo Terceiro - A **CONTRATADA** terá seu nome, bem como os motivos das penalidades aplicadas, divulgados no site da Prefeitura Municipal de Curitiba, na internet.

Parágrafo Quarto - As sanções previstas admitem a defesa prévia da **CONTRATADA** no prazo de 5 (cinco) dias úteis, com exceção da pena de declaração de inidoneidade, hipótese em que é facultada a defesa no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista.

Parágrafo Quinto - A aplicação de penalidades não prejudica o direito do **CONTRATANTE** de recorrer às garantias contratuais para se ressarcir pelos danos causados, podendo ainda, reter créditos decorrentes do contrato ou promover a cobrança judicial ou extrajudicial de eventuais perdas e danos.

Parágrafo Sexto - Quaisquer das penalidades aplicadas serão anotadas no Cadastro de Fornecedores da Prefeitura Municipal de Curitiba, apontando-se, além da pessoa jurídica, o nome dos sócios ou representantes legais que constarem no Contrato Social.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Da Sustentabilidade

Considerando a natureza reciclável dos suprimentos (cabeça de impressão e cartuchos de tinta) utilizados no objeto a ser contratado e a necessidade de destinação ambientalmente adequada, a **CONTRATANTE** adotará o procedimento de logística reversa, em atendimento ao Inciso VI do Artigo 33 da Lei Federal 12.305/2010, o qual institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, em especial a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos:

"Art. 33. São obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e do manejo dos resíduos sólidos, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de:

(...)

VI - produtos eletroeletrônicos e seus componentes

Parágrafo Primeiro - A **CONTRATADA** deverá realizar a logística reversa para todos os itens, bem como encaminhar o material descartado de acordo com as práticas e políticas de

sustentabilidade ambiental previstas em lei, sem qualquer ônus para o **CONTRATANTE**, que se dará da seguinte forma:

- a. Indicação de um responsável e seu contato (telefone e e-mail);
- b. Poderá ser exigido do fornecedor contratado a apresentação de documentos comprobatórios dos procedimentos de reciclagem e/ou destruição nos termos da legislação vigente;
- c. A veracidade das informações prestadas é de responsabilidade do fornecedor contratado, por elas respondendo civil e criminalmente, conforme legislação vigente;
- d. Todo custo/desconto referente à realização da logística reversa deverá estar incluído no valor dos produtos fornecidos;
- e. A estimativa para recolhimento de todo material adquirido (por uso) vai até 02 (dois) anos após a última entrega do material;
- f. A quantidade de cartuchos a ser recolhida não será superior à fornecida pela empresa.
- g. O não atendimento das exigências relativas à logística reversa sujeita a contratada às penalidades previstas na Cláusula Décima deste Instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Dos Gestores

Ficam designados pela **CONTRATANTE** os colaboradores _____ matricula _____, CPF _____ para a função de gestor do contrato, e como suplente _____ i, matricula _____, CPF _____

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Da Garantia:

Para fiel cumprimento das obrigações do presente Contrato, a CONTRATADA, no ato de assinatura, apresentará garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do Contrato em favor da CONTRATANTE, podendo optar por uma das modalidades previstas no Art. 56 § 1º da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Das Disposições Gerais:

Fica estipulado que não se estabelece, em razão do presente contrato, vínculo empregatício de qualquer natureza entre a CONTRATANTE e o pessoa l empregado pela CONTRATADA na execução dos serviços, a qual se obriga por todos os correspondentes encargos trabalhistas e previdenciários;

as partes contratantes ficarão exoneradas do cumprimento das obrigações assumidas pelo presente instrumento, quando ocorrerem motivos de força maior ou caso fortuito, assim definidos no parágrafo único do artigo 393 do Código Civil, enquanto tais motivos perdurarem.

As partes submetem-se e concordam com o regramento do Decreto Municipal nº 610/2019, que dispõe sobre contratos com a Administração Pública Municipal, cujas regras são parte integrante deste ajuste

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Da Publicação

De conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei n.º 8.666/93, o presente contrato será enviado à publicação, em extrato, no Diário Oficial do Município, no prazo legal, correndo a despesa por conta de dotação própria da CURITIBA S.A. para este fim.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - Do Foro

Fica eleito o foro da Comarca de Curitiba para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato, renunciando a qualquer outro por privilegiado que seja ou que venha a ser.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas.